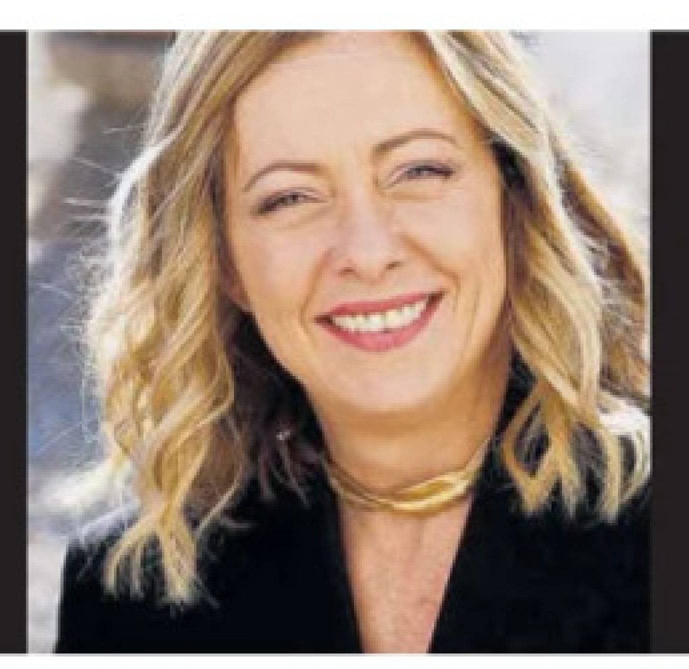
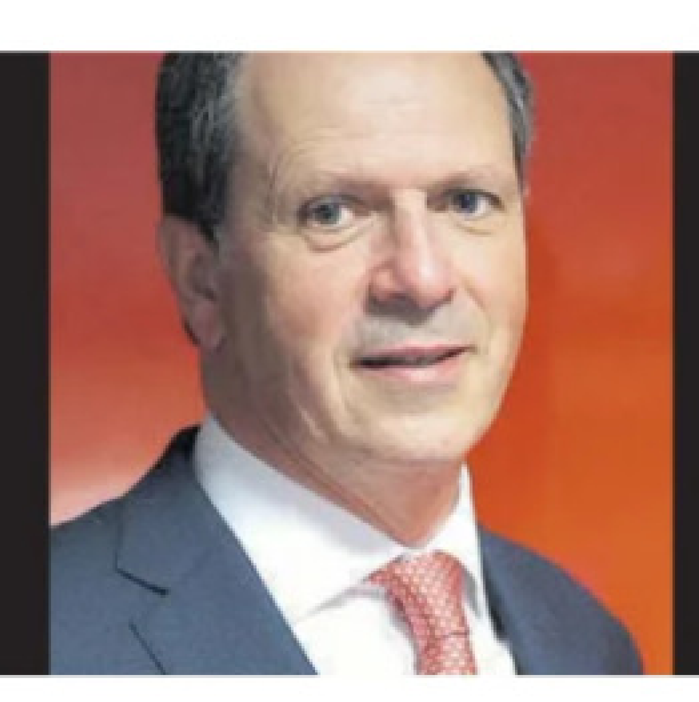




#18

Georgia Meloni é a nova senhora política na Europa. Tem assumido o seu peso à mesa das negociações.



#17

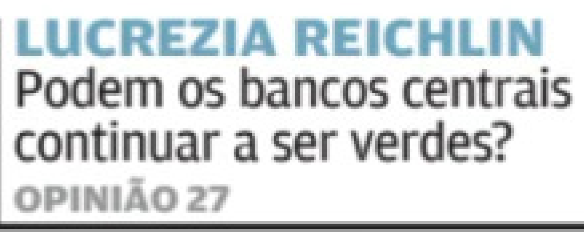
Pedro Castro e Almeida deu uma volta ao banco e tem tido lucros crescentes. Hoje lidera o negócio europeu.

negocios

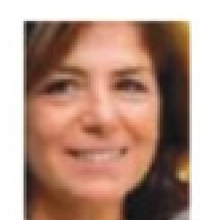
negocios.pt

Terça-feira, 20 de agosto de 2024 | Diário | Ano XVIII | N.º 5306 | € 2.80
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

JORGE MARRÃO
Ninguém se revolta ou vocifera contra o estado das coisas
OPINIÃO 26



LUCREZIA REICHLIN
Podem os bancos centrais continuar a ser verdes?
OPINIÃO 27



Fundos já captaram 554 milhões este ano

Entre captação de poupanças das famílias e valorização de investimentos, montante dos ativos sob gestão está no nível mais alto desde o final de 2021.
MERCADOS 20 e 21



Bónus do Governo vai depender da soma de todas as pensões

Valor vai ser pago somando o total dos valores recebidos por reformado. Somatório pode resultar num cheque mais baixo.
ECONOMIA 12 e 13

Pedro Elias

Agricultura

Venda de vinho aumenta 24% à boleia da restauração

EMPRESAS 16 e 17

BCP soma e segue em bolsa. Há oito anos que o banco não valia tanto

HOME PAGE 2

Sarmento conseguiu margem para ajustar mil milhões fora do OE

ECONOMIA 14

HOME PAGE

Vítor Mota



BCP não pára em bolsa. Banco não valia tanto há oito anos

Miguel Maya, CEO do BCP, anunciou em abril que o banco iria passar a distribuir mais de 50% do resultado líquido em dividendos aos acionistas.

O aumento do "dividend payout" aos acionistas, os resultados financeiros positivos e as subidas recentes dos preços-alvo podem estar a justificar a valorização dos títulos, que superaram a fasquia dos 0,40 euros pela primeira vez desde maio de 2016.

PEDRO BARROS COSTA
pedrocosta@negocios.pt

As ações do BCP não param de subir. Desde que, a 18 de abril, o CEO disse que o banco iria passar a distribuir 50% ou mais dos lucros em 2025, os títulos do único banco cotado na bolsa portuguesa já aumentaram 27,76%. "O banco a partir deste ano terá uma política de dividendos bastante mais expressiva, prevendo um 'dividend payout' igual ou superior a 50%", disse na altura Miguel Maya numa conferência.

No próprio dia do anúncio, por se tratar de um aumento significativo relativamente à meta anterior, as ações dispararam 5,99%. O banco tinha dito, na apresentação de resultados anuais, que o pagamento proposto era de um "'payout ratio' de 30% calculado sobre o resultado líquido consolidado do exercício de 2023". O lucro do banco foi de 856 milhões no ano passado, o que corresponderia a uma distribuição de 428 milhões de euros em dividendos.

O otimismo crescente foi-se acentuando nos últimos meses e fez com que, esta segunda-feira, o banco tenha valorizado 0,86% para 0,4004 euros, fechando acima dos 0,4 euros pela primeira vez desde 31 de maio de 2016. Durante a sessão, as ações do único banco cotado em Portugal chegaram a atingir 0,4019 euros, muito próximo do máximo intradiário de oito anos registado a 17 de julho (0,4024 euros).

Ações subiram quase 30% desde o anúncio de aumento do dividendo.

A inesperada intervenção de Miguel Maya e os resultados positivos recentes acabaram por atrair a atenção das principais firmas de investimento. Em notas de análise recentes, os analistas reviram as recomendações e o preço-alvo dos títulos. Das 16 casas de investimento que acompanham o desempenho em bolsa do banco português, 14 recomendam "comprar" e duas "manter".

Na mais recente nota de "research", emitida na semana passada, a KBW aumentou o preço-alvo de 0,47 para 0,52 euros, superando ligeiramente acima do consenso dos analistas, que se situa nos 0,50 euros.

O catalisador para a nova revisão foi o primeiro semestre do banco, em que o BCP registou um lucro de 485,3 milhões de euros – o que representou no primeiro semestre "quer o melhor trimestre, quer o melhor semestre, pelo menos, dos últimos 10 anos da vida do BCP", disse Miguel Maya.

Mas a firma não foi a única a demonstrar o seu otimismo sobre o banco português. Uma semana antes, tinha sido o Deutsche Bank a rever em alta o preço-alvo do BCP, de 0,47 para 0,50 euros, numa nota sobre os bancos da Península Ibérica.

No início de agosto, após oito casas de investimento terem subido o preço-alvo para as ações do BCP na sequência dos resultados semestrais, o Morgan Stanley também seguiu a tendência e subiu o "target" para os títulos de 0,49 euros para 0,51 euros. ■

DIA

AÇÃO

Corte de apoio alemão à Ucrânia trava defesa. Rheinmetall tomba



A empresa liderada por Armin Papperger foi a mais castigada dentro do setor da defesa.

As ações da Rheinmetall chegaram a cair 5% durante a sessão devido às notícias de que a Alemanha poderia suspender a nova ajuda militar à Ucrânia. O Frankfurter Allgemeine Zeitung (FAZ) avançou que o objetivo é cortar despesas públicas. A fabricante de armamento acabou por fechar a perder 1,9%, enquanto outras empresas do setor da defesa, incluindo Bae Systems e Kongsberg Grupp, também recuaram. ■



-1,9%

Variação este ano: **84,22%**
Valor em bolsa:
23,86 mil milhões de euros

FRASE

A elite empresarial portuguesa (...) não se deve esconder atrás deste facto [a produtividade] para continuar a ignorar [a semana de quatro dias].



PEDRO GOMES
Coordenador da semana de 4 dias, ao Público

FOTO



Blinken em Israel para pressionar um cessar-fogo

Após três horas de reunião em Telavive entre Antony Blinken, secretário de Estado dos EUA, e Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro israelita, um lacónico comunicado: a conversa foi "positiva e conduzida com bom espírito". Antes, já Blinken tinha dito que era a "última oportunidade". Ao final do dia surgiu a novidade: Israel aceitou um cessar-fogo, faltando o acordo do Hamas.

Fotografia: Reuters

NÚMERO



Um imposto global sobre super-ricos poderia gerar receita de 1,8 biliões de euros, segundo contas do grupo Tax Justice Network.

EDITORIAL




DIANA RAMOS
Diretora
dianaramos@negocios.pt

Pequenas contradições

Num mesmo dia, duas reportagens em jornais diferentes dão-nos uma ideia sobre a forma como um mesmo fator – a elevada pressão turística no país – tem efeitos tão dissonantes numa mesma economia.

Por um lado, ficámos a saber que o número de municípios que cobram taxa turística duplicou no espaço de um ano, a somar a mais uns quantos que subiram o valor cobrado por estadia. Uma medida criticada, em larga medida, pela falta de transparência na aplicação das verbas dela resultante, pela sua "banalização" na forma como apenas adensa a lógica portuguesa de mais taxas e taxinhas e pelo facto de pouco investimento se ver nas cidades após a aplicação de tal espécie de "imposto" sobre as dormidas.

Da mesma forma, ficámos a perceber que há um conjunto de restaurantes a serem dizimados, fechando portas e reduzindo drasticamente pessoal, assoberbados pelas elevadas rendas cobradas e pelos elevados custos de contexto. A braços com uma elevada oferta nas grandes cidades – muita dela sem qualidade – e com um turismo de extremos que tanto ignora o apreço pela boa comida, como oscila ao topo, optando por espaços com preços proibitivos para a maioria da população. Os clientes portugueses, esses, ficaram num espaço intermédio, sem vontade de entrar nos espaços modernos e iguais aos de todas as outras cidades europeias, com pouca margem para pagar os preços pedidos e sem carteira para responder a uma crescente elitização dos restaurantes.

Após esta verdadeira revolução, que tipo de cidades nos vão restar?

As reportagens são do Público e DN, respetivamente, espelham perfeitamente a bipolarização do turismo nacional. Esse que tem destas pequenas contradições: o recorde de visitantes tanto enche os cofres dos municípios com uma receita extraordinária relevante, como deixa restaurantes de gama média vazios à conta de uma oferta pouco equilibrada que nem dá resposta ao bolso dos portugueses, nem verdadeiramente se encaixa no elevado poder de compra que faz da exclusividade e excentricidade máxima.

No final de contas, resta-nos uma dúvida: após esta verdadeira revolução, que cidades vão restar? O que sobrará de uma crescente descaracterização? ■

#18 Giorgia **Meloni**

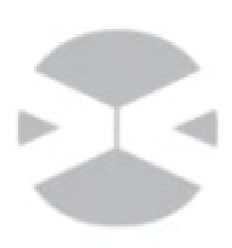
Fez temer um abalo político entre as democracias europeias com a sua eleição, mas tem moderado o discurso e ganhado capital político na UE. "Cortejada" por Von der Leyen e Le Pen, Meloni quer um lugar à mesa nas grandes decisões europeias.

BILHETE DE IDENTIDADE

● **Cargo:** Primeira-ministra de Itália. ● **Naturalidade:** Nasceu a 15 de janeiro de 1977, em Roma (Itália). ● **Formação:** Tem um diploma em linguística do Instituto Profissional Amerigo Vespucci. ● **Estado Civil:** É divorciada e tem uma filha. ● **Cargos anteriores:** Foi baby-sitter, empregada de mesa, bartender, jornalista, deputada, ministra da Juventude e fundadora do Irmãos de Itália.

Yara Nardi/Reuters

OS MAIS PODEROSOS **2024**



PORQUE ENTRA

A crescente importância que tem ganhado no palco europeu fez com que a primeira-ministra italiana, de extrema-direita, tenha entrado na lista de os "Mais Poderosos" do Negócios. Ao leme da terceira maior economia da UE, tem procurado moderar o discurso no plano externo, mas tem avançado com políticas controversas em casa, que atropelam direitos fundamentais. Na corrida às eleições europeias de maio, viu Ursula von der Leyen admitir trabalhar com o seu grupo político no Parlamento Europeu.

TABELA DE CRITÉRIOS

Poder da fortuna	★☆☆☆☆
Rede empresarial	★★★★☆
Influência política	★★★★★
Influência mediática	★★★★★
Perenidade	★★☆☆☆

JOANA ALMEIDA
joanaalmeida@negocios.pt
DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt



"Eu sou Giorgia: sou mulher, sou mãe, sou italiana, sou cristã". É assim que a primeira-ministra de Itália, de extrema-direita, gosta de se apresentar aos eleitores. Giorgia Meloni chegou ao poder em 2022, tornando-se na primeira mulher a liderar a terceira maior economia a União Europeia (UE). A sua eleição levantou preocupações entre as democracias da UE, mas Meloni soube adaptar-se e cultivar uma imagem de (aparente) moderação.

A cumprir quase dois anos de mandato, tentou seguir as pegadas do antecessor, Mario Draghi, para tranquilizar os pares europeus e os Estados Unidos em relação à sua política externa, evitando agravar a já complicada situação financeira do país. Conseguiu um lugar destacado na UE, ao persuadir a Hungria no apoio financeiro e militar à Ucrânia, e as recentes eleições europeias deram-lhe uma importante vitória, em contraste com o que aconteceu com os partidos no poder na Alemanha e França.

Enquanto externamente procurou adaptar-se às circunstâncias, Meloni manteve-se fiel às promessas eleitorais no plano interno. Avançou com medidas de proteção da família tradicional, diminuindo direitos LGBTQ+, e adotou uma abordagem mais restritiva em relação à imigração. Mas essas reformas têm sido conseguidas à custa de uma deterioração do respeito por direitos fundamentais.

Uma "underdog" na política

Meloni descreve-se como "outsider" na vida política: "Sou aquilo a que os britânicos chamariam de uma 'outsider', por assim dizer, o 'underdog', aquele que, para ter sucesso, tem de ir contra todas as probabilidades", disse, ao Parlamento italiano, na apresentação do seu programa político em 2022. Mas está longe de ser uma desconhecida na política.

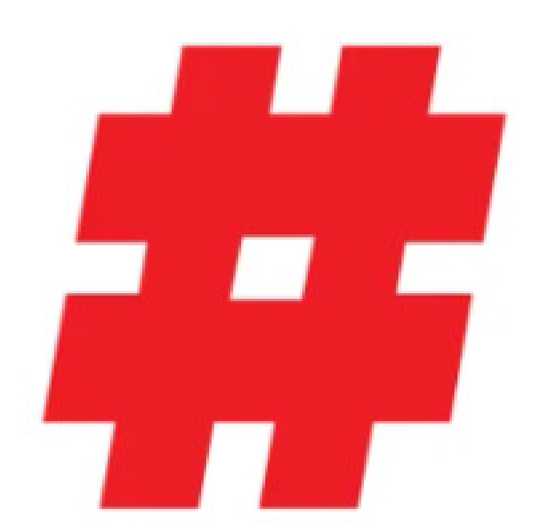
Nascida em Roma em 1977, juntou-se com 15 anos à ala jovem do Movimento Social Italiano (MSI), que professava ideais neofascistas. O caminho para o radicalismo deu-se após uma infância difícil marcada pelo abandono do pai – que era comunista – e pela constante falta de dinheiro. Meloni admite que isso marcou "todo" o seu percurso político. Aos 19 anos, declarava a sua admiração pelo antigo líder fascista Benito Mussolini, dizendo que "foi um bom político" e que "tudo o que fez, fez pela Itália".

Com a dissolução do MSI em 1995, entra para o movimento estudantil da Aliança Nacional, herdeiro do MSI, onde chega a líder. Concluiu os estudos no Instituto Amerigo Vespucci – onde diz ter obtido o diploma de ensino se-

Giorgia Meloni, de extrema-direita, venceu as eleições em Itália em 2022. É a primeira mulher no cargo e já superou o antecessor em longevidade.

Continua na pág. 7

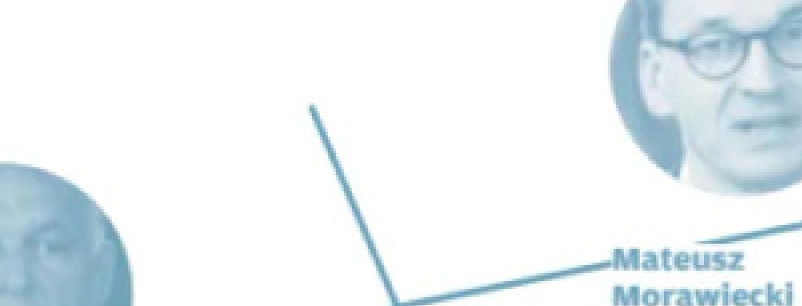
OS MAIS PODEROSOS **2024**



18 GIORGIA MELLONI

Meloni lidera uma coligação governamental de quatro partidos: os Irmãos de Itália (que cocriou), a Liga, a Força Itália e os Moderados.

TEIA DE INFLUÊNCIA



Mateusz Morawiecki
O ex-primeiro-ministro da Polónia apoiou Meloni nas eleições de 2022. Já não está no poder, mas esforçou-se por manter o Lei e Justiça (PiS) no grupo europeu de Meloni.



Steve Bannon
O "cérebro" por detrás da estratégia política de Donald Trump é o "guru" da direita que Meloni quer na Europa. Após a eleição de Meloni, lançou uma versão italiana do programa "War Rooms".



Viktor Órban
O líder húngaro é aliado de Meloni. Próximos em várias ideias, Órban saiu do grupo ECR, devido à presença de "um partido anti-Hungria", e formou outra família europeia, os Patriotas pela Europa.



Donald Trump
O ex-Presidente dos EUA e recandidato é um aliado de Meloni do outro lado do Atlântico. Meloni condenou o ataque ao candidato e expressou já o seu apoio a Trump nas eleições de novembro.



Usrula von der Leyen
A presidente da Comissão Europeia tem tido uma relação confusa com Meloni. Admitiu estar disposta a trabalhar com o ECR, mas acabou a ser reeleita sem o seu apoio.



Gianfranco Fini
Mentor de Meloni, levou-a a aderir ao MSI, onde deu os primeiros passos na política. Fundou o Aliança Nacional, a que se juntou também Meloni mais tarde. Em abril, foi preso por lavagem de dinheiro.



Joachim Brudzinski
O polaco é copresidente do grupo ECR de Meloni no Parlamento Europeu. Tem defendido o apoio à Ucrânia em Estrasburgo e que "a Rússia deve ser responsabilizada pelos seus crimes".

Nicola Procaccini
Membro dos Irmãos de Itália, é o braço-direito de Meloni no seu grupo político europeu, o ECR, onde é copresidente. Foi o número dois da lista que Meloni encabeçou na corrida às europeias.




Mario Draghi
O economista italiano e antecessor de Meloni no cargo tem sido consultado várias vezes pela atual líder em matérias relacionadas com economia e União Europeia.



Marine Le Pen
Fundadora da União Nacional, da extrema--direita francesa, cortejou Meloni nas europeias, mas nunca partilharam o palco. Competem por protagonismo na UE para afirmar a extrema-direita.



Guido Crosetto
Foi um dos responsáveis pela criação dos Irmãos de Itália, com Meloni. É atualmente ministro da Defesa. Tornou a Itália num dos maiores defensores da Ucrânia contra a invasão russa.



Santiago Abascal
Líder do Vox, partido de extrema-direita em Espanha, é próximo de Meloni. Abandonou o grupo político europeu ECR, mas diz que continua a ser um "amigo e aliado" da italiana.



Antonio Tajani
É um dos vice-primeiros--ministros de Meloni e ministro das Relações Exteriores. Membro do partido de extrema--direita Força Itália, foi presidente do Parlamento Europeu de 2017 a 2019.



Matteo Salvini
O líder do partido de extrema-direita Liga é um dos vice-primeiros--ministros de Meloni. Apelidado de "O Capitão", já tinha estado nestas funções no Governo de Giuseppe Conte.



Sergio Mattarella
É o Presidente de Itália desde 2015 e, durante esse período, teve de lidar com cinco primeiros--ministros diferentes. Foi ele que deu posse ao Governo de Meloni a 22 de outubro de 2022.




André Ventura
O líder do Chega é um aliado político de Meloni em Portugal. Escolheu sentar-se no grupo de Órban no Parlamento Europeu, mas está de acordo com Meloni no controlo da imigração.



Giancarlo Giorgetti
É o ministro italiano da Economia e das Finanças e está responsável por credibilizar o Governo de Meloni nos mercados. Membro do partido Liga, prometeu cumprir as regras orçamentais da UE.

Continuação da pág. 5

cundário em línguas, o que gerou polémica quando foi eleita deputada porque esse instituto era especializado em cursos profissionais na área da hotelaria, restauração e turismo, e não em línguas – e começou a trabalhar como baby-sitter, empregada de café e bartender. Terá sido nesse período que terá chegado ao contacto com pessoas influentes e sido recomendada a Silvio Berlusconi.

Foi vereadora de Roma e, em 2006, foi eleita deputada. Dois anos mais tarde, foi escolhida por Berlusconi para ministra da Juventude, tornando-se a mais jovem de sempre numa pasta governativa. O seu partido juntou-se, depois, ao Força Itália, de Berlusconi. Mas a queda do Governo em 2011 levou-a, com Ignazio La Russa e Guido Crosetto, a criar um novo partido: o Irmãos de Itália, cujo nome foi inspirado no hino italiano.

Daí até à chegada ao poder, passaram-se 10 anos. Pelo meio, Meloni chegou a presidente dos Irmãos de Itália, falhou a eleição para eurodeputada, teve uma filha, concorreu à câmara de Roma e a duas eleições legislativas, chegou a líder do grupo político Reformistas e Conservadores Europeus (ECR) no Parlamento Europeu, e foi consolidando a sua posição política. Nas legislativas de 2022, conseguiu 26% dos votos – 44% em coligação com o Força Itália de Berlusconi, a Liga de Matteo Salvini e os Moderados de Maurizio Lupi.

Símbolo de estabilidade?

Em Itália, os eleitores estão habituados a que os Governo durem pouco tempo, tal é a instabilidade política. Basta pensar que, nos últimos 10 anos, houve seis Executivos diferentes, apesar de esses tomarem posse para um mandato que termina apenas em caso de demissão ou quando o Parlamento retira a confiança no Governo. Como primeira-ministra, Meloni já ultrapassou o seu antecessor em termos de longevidade no cargo.

A líder dos Irmãos de Itália conseguiu também recentemente algo raro na política italiana: superou a percentagem de votos que tinha tido em 2022 nas eleições europeias. Por estar a meio de mandato, essa é geralmente a altura que os Governos mais perdem apoio popular, porque grande parte das promessas políticas ainda não estão cumpridas. Mas Meloni continua a gozar de uma popularidade invejável e passa a ideia de estabilidade política, embora a instabilidade tenha estado presente desde o início.

Logo após a eleição de Meloni, começaram as tensões entre parceiros da coligação para a formação de Governo. Conciliar quatro partidos com ideias diferentes revelou-se uma tarefa hercúlea. Apesar de serem todos eles de extrema-direita ou da direita radical, distinguem-se nas afinidades que têm no plano internacional: por exemplo, a Liga é abertamente pró-Rússia, enquanto os restantes estão conta a invasão russa da Ucrânia, e dividem-se entre eurocéticos e pró-UE. Estão "unidos pelo poder", diz a oposição.

As divisões políticas na coligação obrigaram Meloni a clarificar a visão política do seu Governo várias vezes ao longo do mandato, sobretudo no plano externo. Diz ser pró-UE, pró-NATO e contra a invasão da Ucrânia. O autorretrato serviu para sossegar os parceiros ocidentais, que temiam as posições soberanistas de Meloni, sobretudo em relação à UE.

O "namoro" com Ursula

Fã da saga "Senhor dos Anéis", Meloni é conservadora e liberal no plano económico – "o Estado deve permitir que as empresas produzam". Recompôs-se em relação ao que tinha dito sobre Mussolini, dizendo que "produziu muito, mas isso não o salva", de forma a afastar-se da aura assumidamente fascista de alguns membros do seu partido. Quer travar uma "batalha contra o pensamento único" e é contra o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, a eutanásia e as "barrigas de aluguer".

Acusada de ser racista e homofóbica, fez avançar uma série de medidas controversas em Itália, como a proibição de concentrações de mais de 50 pessoas e do ChatGPT, multas para a utilização de palavras inglesas em comunicados oficiais e a criação de centros de acolhimento de migrantes geridos por Itália na Albânia. Quer reformar ainda o sistema eleitoral, para que os italianos possam eleger diretamente o Presidente da República.

No plano europeu, Meloni têm-se comprometido em cumprir as regras orçamentais da UE, tal como o antecessor. Aliás, tem-se aconselhado junto de Mario Draghi em várias matérias económicas, ciente de que a Itália precisa da UE e dos fundos europeus para recuperar da crise atual. Por isso, procurou estabelecer-se como uma voz relevante a nível europeu, inscrevendo a questão da imigração como uma prioridade europeia.

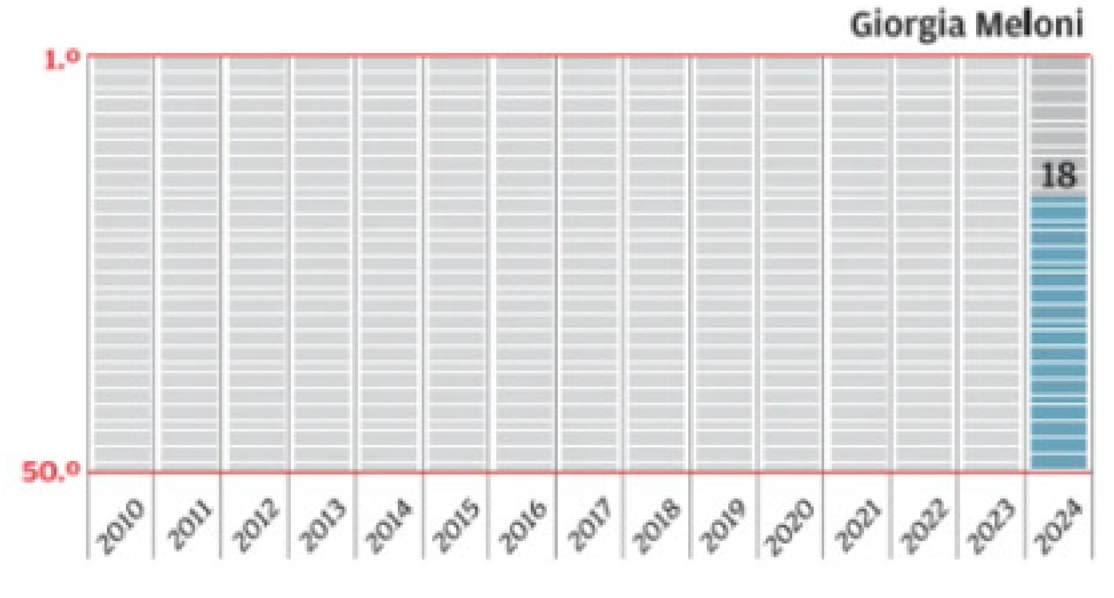
A caminho das eleições europeias, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, chegou a dizer que estaria disposta a trabalhar com o ECR liderado por Meloni no Parlamento Europeu. A declaração caiu mal entre os socialistas e liberais, parceiros habituais do Partido Popular Europeu (PPE) de Von der Leyen, mas, na hora da reeleição de Ursula, o ECR optou por abster-se.

Desde então, a relação entre Meloni e Ursula azedou ainda mais, com um relatório da Comissão Europeia a identificar Itália como um dos países onde o Estado de Direito se deteriorou nos últimos anos. Em causa estão ataques à liberdade de imprensa, com processos judiciais, agressões físicas e afastamento de alguns jornalistas. ■

UMA ESTREIA NO "RANKING"

Evolução no "ranking" de "Os Mais Poderosos"

Meloni estreia-se na lista dos "Mais Poderosos". Após ter sido eleita em 2022, a líder italiana de extrema-direita foi "cortejada" por Von der Leyen e Le Pen nas eleições europeias.



Fonte: Negócios



O ADMIRÁVEL MUNDO DA IA

"



TOM CHATFIELD
Escritor

Esqueça a inteligência artificial – no admirável mundo novo do 'big data', é a idiotice artificial que deveríamos estar atentos.

"O Poder de Fazer Acontecer", a conferência anual do Negócios realizada no âmbito de Os Mais Poderosos, será dedicada ao tema da inteligência artificial.

CRITÉRIOS

O "ranking" dos Mais Poderosos da economia portuguesa foi estabelecido com base em cinco grandes critérios – poder da fortuna, poder financeiro, influência política, influência mediática e perenidade, sendo que cada individualidade foi pontuada de 1 a 5 em cada um deles. A partir da soma ponderada das pontuações o Negócios fixa a tabela final dos 50 Mais Poderosos.

O PODER DA FORTUNA
O "poder da fortuna" avalia a riqueza levando em conta também as dívidas, ou seja, releva a situação líquida (ativos e passivos).

O PODER FINANCEIRO
No poder financeiro olha-se para o poder através das empresas em que, direta ou indiretamente, se tem influência como acionista ou como gestor. As empresas são mais ou menos relevantes em função da sua dimensão, do seu setor e das redes que estabelecem e o impacto que têm noutras.

A INFLUÊNCIA POLÍTICA
É medido, neste critério, o poder de influenciar ou de participar em decisões políticas – seja do poder executivo, legislativo ou partidário – com impacto decisivo na economia, nas empresas, nos negócios e na Administração Pública.

A INFLUÊNCIA MEDIÁTICA
Olha para o poder de condicionar a agenda mediática, através da audiência, capacidade de influenciar a comunicação social ou de mobilização de meios.

PERENIDADE
Neste ponto evidencia-se a temporalidade do poder que pode ser mais perene e independente de ciclos, sejam eles políticos, económicos ou da vida empresarial.



#17 Pedro Castro e Almeida

Desde que tomou posse como CEO do Santander Portugal, Pedro Castro e Almeida reestruturou o banco e apresentou lucros crescentes. Espanha nomeou-o para a liderança do negócio europeu. Mas diz que Portugal será sempre a sua base.

BILHETE DE IDENTIDADE

● **Cargo:** Presidente executivo do Santander Portugal, em acumulação com a liderança do negócio europeu do Santander. ● **Naturalidade:** Nasceu em Lisboa, em 1967. ● **Formação:** Licenciado em Gestão de Empresas pelo ISEG, fez cursos de especialização no INSEAD, na Harvard Business School e na Kellogg.

OS MAIS PODEROSOS **2024**





PORQUE DESCE

Pedro Castro e Almeida cai uma posição face ao "ranking" do ano passado. No entanto, a descida do CEO do Santander Portugal (que também lidera o negócio europeu do banco espanhol) deve-se mais à subida de outros protagonistas do que ao desempenho do presidente executivo do Totta. Em 2023 a instituição atingiu um resultado líquido positivo de cerca de 895 milhões de euros, que em 2024 – a julgar pelos números do primeiro semestre e se não houver surpresas – poderá mesmo ser ultrapassado.

TABELA DE CRITÉRIOS

Poder da fortuna	★☆☆☆☆
Rede empresarial	★★★★★
Influência política	★★★★☆
Influência mediática	★★★☆☆
Perenidade	★★★★☆

HUGO NEUTEL
hugoneutel@negocios.pt
DIANA RAMOS
dianaramos@negocios.pt



Não foi por acaso que, há cerca de um ano, a presidente do Banco Santander escolheu Pedro Castro e Almeida para liderar o negócio europeu da instituição financeira. O CEO do Totta, empossado há cinco anos, entregou resultados positivos após exercício, enquanto reestruturava a organização ao mesmo tempo que a conduzia para a era digital. "O Pedro tem realizado um excelente trabalho na liderança do Santander Portugal, posicionando o banco como líder em satisfação de clientes, eficiência e rentabilidade e um modelo transformacional a seguir", afirmou Ana Botin, concluindo que o presidente executivo do Totta "é a pessoa certa para ajudar a região a avançar".

Dividendos e resultados foram parte da equação que colocou o nome do gestor português na calha para o leme do Santander Europa, sucedendo ao também português António Simões no cargo ao qual respondem as unidades de Portugal, Espanha, Reino Unido e Polónia. "Foi o trabalho feito em Portugal", disse o CEO ao Negócios nesse momento, justificando dessa forma a sua nomeação.

O percurso do líder do Totta traduz-se em números: CEO desde 2019, conseguiu nesse ano um lucro de 527 milhões de euros. No ano seguinte – o da chegada da pandemia – o resultado caiu para 295 milhões e em 2021 teve um crescimento residual de 1%, mas em 2022 atingiu cerca de 570 milhões. A senda dos lucros atingiu um marco em 2023: 895 milhões de euros, o mais alto resultado de sempre do banco. E já neste ano atingiu, nos primeiros seis meses, 548 milhões de euros – ou seja, lucrou mais no último semestre do que em cada um dos anos completos de 2019, 2020 e 2021, ficando muito próximo do valor de 2022.

Os números não podem, no entanto, ser dissociados da subida das taxas de juro do Banco Central Europeu, que beneficiou a generalidade das instituições financeiras através do aumento da margem financeira – a diferença entre os juros cobrados pe-

O desempenho do Totta levou o banco a nomeá-lo líder do Santander Europa. Mas Castro e Almeida diz que Portugal será sempre a sua base.

Continua na pág. 11

OS MAIS PODEROSOS **2024**

#17 PEDRO CASTRO E ALMEIDA

Católico convicto, Castro e Almeida é descrito como alguém que lidera o banco com vista a resultados, mas sem perder o olhar humano.

TEIA DE INFLUÊNCIA



Ana Botín
A presidente do grupo escolheu Castro e Almeida para liderar o negócio europeu do Santander. Mantém proximidade com o CEO do Totta.

António Simões
O gestor português, que antecedeu o CEO do Totta no Santander Europa, lidera a britânica Legal & General. Castro e Almeida diz dele que "tem capacidade de motivar e inspirar como ninguém".



António Horta Osório
Os dois gestores conheceram-se no então designado "Santander de Negócios Portugal", ainda na década de 1990. São amigos.

Héctor Grisi
O CEO do grupo Santander trabalha de forma próxima com Ana Botín. É a ele e à presidente que Castro e Almeida reporta nas suas funções europeias.

Miguel Belo de Carvalho
Integra a comissão executiva de Pedro Castro e Almeida. São amigos.

Joaquim Miranda Sarmento
O Santander, tal como a restante banca, critica as contribuições especiais sobre as instituições financeiras que os sucessivos ministros das Finanças têm mantido.





Manuel Preto
O administrador financeiro (e vice-CEO) é uma presença ativa nas apresentações de resultados do banco.

Carlos Moreira da Silva
O CEO do Totta considera o dono da BA Glass e da Cerealis um dos melhores empresários do país. A ligação entre ambos é profissional.

Mário Centeno
Pedro Castro e Almeida e o governador do Banco de Portugal foram colegas no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa.





Nuno Amado
O "chairman" do BCP ocupou, de 2006 a 2012, o cargo de presidente executivo do Santander, agora desempenhado por Castro e Almeida, com quem trabalhou de forma próxima.



Juan Manuel Cendoya
É o vice-presidente do Santander Espanha e diretor-geral de comunicação do banco. Além da vertente profissional, os dois têm uma relação pessoal.

João Pedro Tavares
Castro e Almeida mantém uma amizade próxima com o presidente da Associação Cristã de Empresários e Gestores e administrador não executivo do Santander e da Fundação Santander.



Helena Carvalheiro
A presidente do Sindicato dos Bancários do Centro é funcionária do Santander em Coimbra. O SBC tem 5 mil associados.

Continuação da pág. 9

los empréstimos concedidos e os juros pagos aos depositantes.

Da mesma forma, os resultados não podem ser separados da reestruturação do banco, que terminou em 2021 com a saída, em termos líquidos, de quase 1.200 trabalhadores. Hoje o banco emprega 4.566 pessoas, número que compara com os quase 6.440 funcionários que a instituição tinha no final de 2018, antes de Castro Almeida assumir o cargo de presidente executivo. A redução foi de quase 30%.

Somados, os lucros alcançados pelo banco sob a liderança de Pedro Castro e Almeida já ultrapassam os 3 mil milhões de euros. E os dividendos aproximam-se dos mil milhões, valor que ainda não conta com a distribuição relativa ao ano passado e que está por decidir.

O mandato no cargo europeu não tem uma duração definida, mas na altura da nomeação o gestor garantia ao Negócios que a sua base de trabalho será "sempre em Portugal", um sentimento que repetiu há semanas, quando apresentou o lucro do ano passado.

O CEO do Santander Portugal considera, aliás, que as responsabilidades internacionais que assumiu no grupo são uma fase que, mais tarde ou mais cedo, chegará ao fim. "Normalmente, estes são projetos de dois ou três anos, depois acho que é bom trazer energia nova", disse Castro e Almeida ao Negócios no ano passado.

Desde que assumiu a liderança do Santander Portugal, Castro e Almeida apresentou um lucro acumulado de mais de 3 mil milhões.

Discrição com conta, peso e medida

De perfil discreto e tranquilo, Casto e Almeida não se inibe, no entanto, de comentar a atualidade quando ela atinge o coração do negócio que lidera. Foi o caso no início do ano, quando, questionado sobre se as instituições financeiras estavam a ter lucros excessivos, garantiu que não, ripostando, referindo-se a outros setores, que "há empresas que têm lucros e não pagam impostos cá".

Já há poucas semanas, quando deu a conhecer o lucro do banco nos primeiros seis meses do ano, não fugiu a questões sobre o caso que ficou conhecido como "cartel da banca" – para negar a existência de tal comportamento no setor.

Dois dias antes, o Tribunal de Justiça da União Europeia publicou um acórdão no qual tirava conclusões que podem ser lidas como indo no mesmo sentido da argumentação da Autoridade da Concorrência no caso conhecido como "cartel da banca", que implicou coimas de 225 milhões a 14 bancos, incluindo o Santander Totta, por factos ocorridos entre 2002 e 2013. "Não existiu qualquer acordo entre os bancos e não se demonstraram prejuízos para os clientes", garantiu, acrescentando que "a decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia foi mais uma etapa neste muito longo processo que diz respeito a factos com mais de 12 anos, alguns com mais de 20 anos", afirmou.

Castro e Almeida destacou que o processo "esteve parado sete anos na Autoridade da Concorrência, entre 2012 e 2019". "Quando alguém esteve sete anos a preparar esse processo, se calhar não tem intenções que passe da primeira instância", disparou. Mensagem com destinatário não enunciado, mas evidente: a Autoridade da Concorrência.

O "pára-choques" que absorve tensão

Essa vertente – a do perfil discreto e tranquilo, mas que não se esquiva a defender-se de ataques – é também visível na forma como lidera equipas, a julgar pelas impressões recolhidas pelo Negócios junto de fontes que o conhecem bem.

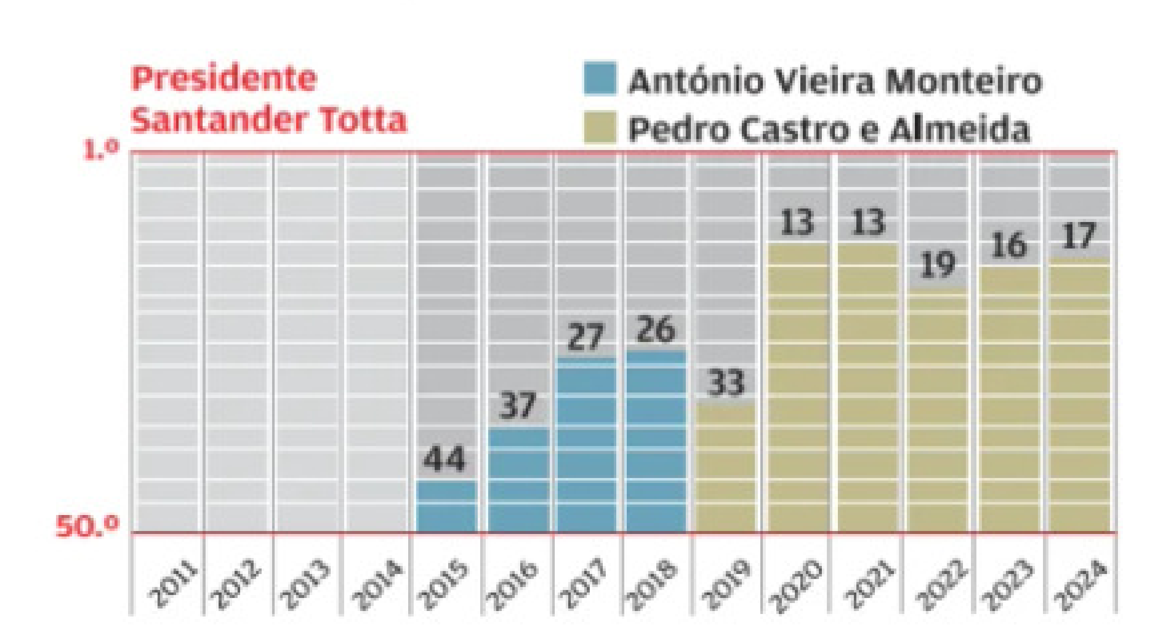
"As equipas veem nele um pára-choques", diz um gestor que com ele mantém uma relação de proximidade com décadas. "É uma pessoa que absorve bem os impactos e os choques. Chama a ele o stress, retira a tensão do grupo e fica com ela", acrescenta, concluindo que "isso é liderança".

Católico convicto, há quem veja nessa vertente um fator que influencia a forma como dirige o Santander Totta, e que inclui uma preocupação permanente com o fator humano. Mas também há quem pense que essas características se devem mais ao bom senso e à experiência do que ao elemento religioso. ■

PRESENÇA CONSISTENTE

Evolução no "ranking" de Os Mais Poderosos

Pedro Castro e Almeida entrou para a lista em 2019, quando sucedeu a António Vieira Monteiro como CEO do Totta. Neste ano cai uma posição para o 17.º lugar.



Fonte: Negócios

> **Normalmente, estes são projetos de dois ou três anos, depois acho que é bom trazer energia nova. [A base de trabalho] será sempre em Portugal.**
>
> PEDRO CASTRO E ALMEIDA
> CEO do Santander Portugal

O ADMIRÁVEL MUNDO DA IA



STEVE POLYAK
Neurologista

> **Antes de trabalharmos na inteligência artificial, por que não fazemos algo a respeito da estupidez natural?**

"O Poder de Fazer Acontecer", a conferência anual do Negócios realizada no âmbito de Os Mais Poderosos, será dedicada ao tema da inteligência artificial.

CLASSIFICAÇÃO 2024

1.º	
2.º	
3.º	
4.º	
5.º	
6.º	
7.º	
8.º	
9.º	
10.º	
11.º	
12.º	
13.º	
14.º	
15.º	
16.º	
17.º	Pedro Castro e Almeida
18.º	Giorgia Melloni
19.º	Olaf Scholz
20.º	Salvador de Mello
21.º	Emmanuel Macron
22.º	Fernando Campos Nunes
23.º	Dionísio Pestana
24.º	João Lourenço
25.º	José Luís Arnaut
26.º	Carlos Mota dos Santos
27.º	Luís Marques Mendes
28.º	João Pedro O. Costa
29.º	Pires de Lima
30.º	Miguel Almeida
31.º	Carlos Tavares
32.º	Ana Figueiredo
33.º	Vladimir Putin
34.º	Sam Altman
35.º	Luís Amaral
36.º	António Portela
37.º	Pinto Balsemão
38.º	António Horta Osório
39.º	João Vieira de Almeida
40.º	Rui Miguel Nabeiro
41.º	Pedro Reis
42.º	Ricardo Pires
43.º	José Teixeira
44.º	Leonor Beleza
45.º	Nuno Sebastião
46.º	Joaquim Miranda Sarmento
47.º	José Cardoso Botelho
48.º	Luís Laginha de Sousa
49.º	Carlos Moedas
50.º	Paulo Rangel

ECONOMIA

SEGURANÇA SOCIAL

Bónus vai afinal depender da soma de todas as pensões

Governo esclarece que o valor do suplemento extraordinário de outubro vai depender da soma de todas as pensões recebidas. O que pode encolher o valor para quem recebe mais do que uma pensão.

PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt
CATARINA ALMEIDA PEREIRA
catarinapereira@negocios.pt

Ao contrário do que anunciou genericamente o primeiro-ministro na Festa do Pontal, o suplemento extraordinário a atribuir aos pensionistas em outubro vai afinal depender da soma de todas as pensões recebidas, esclareceu o Governo em resposta às dúvidas do Negócios. Para quem recebe duas pensões – uma de velhice e outra de sobrevivência (por viuvez), por exemplo – isto significa que o valor pode ser mais baixo do que o inicialmente previsto, ou mesmo que não se aplique.

Em causa está a medida anunciada pelo primeiro-ministro na quarta-feira, na "rentrée" política do PSD, no Algarve, para ser aplicada uma só vez, e justificada pela "situação financeira" prevista para este ano. Luís Montenegro disse que será de 200 euros para quem tenha uma pensão de até um indexante de apoios sociais (IAS), ou seja, 509,26 euros. "Quem tiver uma pensão até este valor vai receber um suplemento extraordinário de 200 euros", disse.

Contudo, não será assim em todos os casos. À semelhança do que aconteceu no passado com os aumentos extraordinários de dez euros, o valor do suplemento será calculado a partir da soma de todas as pensões, e não tendo em conta cada uma delas individualmente.

"O suplemento extraordinário é pago por pensionista", disse fonte oficial do Ministério da Segurança Social (MTSSS), em resposta ao Negócios. "São tidas em linha de conta todas as pensões que recebe", respondeu a mesma fonte, confrontada com exemplos.

Isso significa que se uma pessoa tiver uma pensão de velhice de 400 euros e uma de sobrevivência de 500 euros vai receber um suplemento de 150 euros (em vez de um suplemento de 400 euros).

Da mesma forma, uma pessoa com uma pensão de velhice de 300 euros e uma de sobrevivência de 1.500 euros não terá afinal direito ao suplemento, uma vez que ultrapassa o limite máximo admitido para o apoio.

Assim, seguindo os escalões anunciados pelo primeiro-ministro, conjugados com as explicações do MTSSS, o suplemento será de 200 euros brutos, para pensionistas que recebam um total de pensões até 509,26 euros (correspondente a 1 IAS – indexante de apoios sociais), de 150 euros para quem receba entre 509,26 e 1.018,52 euros e de 100 euros para aqueles cujo valor somado das pensões esteja entre 1.018,52 e 1.527,78 euros.

O Governo já disse que o suplemento será pago automaticamente em outubro, "por transferência bancária ou vale postal", precisa fonte oficial do Ministério da Segurança Social.

O Executivo ainda não esclareceu como será feita a tributação da medida que abrange 2,4 milhões de pensionistas (94% do total) e que tem um custo estimado de 422 milhões de euros.

Se ao contrário do que esclarece agora o Governo o suplemento fosse atribuído por pensão e não por pensionista podia haver situações potencialmente injustas à luz da soma das pensões recebidas. Por exemplo, uma pessoa com uma única pensão de 700 euros podia receber menos do que uma pessoa com duas pensões que somem 900 euros (uma de 500 euros e outra de 400 euros). Esta opção não é inédita, mas, sendo potencialmente mais justa, joga a favor da contenção de despesa.

Os dados da Conta Geral da Segurança Social mostram que em 2022 havia 726 mil pensões de sobrevivência, embora não explique quantas destas são recebidos por pensionistas de velhice (uma vez que um viúvo, viúva ou familiar também pode receber a pensão enquanto ainda está no ativo). Em todo o caso, o efeito da soma das duas pensões depende muito dos valores em causa, por causa da lógica de escalões.

E das outras vezes, qual foi o critério?

A possibilidade de se fazer depender o valor da soma das pensões recebidas foi introduzida pela primeira vez em 2017, com os aumentos extraordinários negociados entre os partidos da chamada "geringonça": PS, BE, PCP e Verdes.


O suplemento a ser pago em outubro é extraordinário, não sendo integrado

2,4
UNIVERSO
O suplemento extraordinário a ser pago em outubro vai abranger 2,4 milhões de pensionistas, segundo estimativas do Governo.

Heinz-Peter Bader/Reuters



no valor da pensão. Governo diz que repete para o ano se a economia o permitir.

Até esse momento, a Segurança Social nem sequer tinha informação sobre o número de pensionistas que existiam em Portugal, uma vez que inicialmente a pensão de sobrevivência não estava em nome da viúva ou do viúvo, mas sim do pensionista inicial, segundo explicou na altura a então secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Joaquim.

No caso dos aumentos extraordinários, o montante a atribuir perfazia os 10 euros ou os 6 euros consoante o escalão que resultava da soma das pensões. No entanto, ao contrário do que acontece com este bónus, o acréscimo foi duradouro.

Já em outubro de 2022, quando o anterior Governo decidiu atribuir o complemento excecional equivalente a meia pensão fê-lo em função do valor de cada uma das pensões separadamente, e não dos pensionistas. Nem poderia ser de outra forma uma vez que o objetivo era compensar, em termos de liquidez, o facto de o Governo de António Costa não tencionar à altura cumprir a fórmula de atualização de pensões (quando a inflação atirava os aumentos mais baixos para 8%). Só no ano seguinte, o Executivo decidiu cumprir a fórmula, aplicada a partir de julho de 2023.

Esta continua, nos termos da lei, a ser calculada em função do valor de cada uma das pensões e de acordo com o primeiro-ministro a lei será em janeiro cumprida. Contudo, também neste caso não faltam sugestões: os autores do Livro Verde sobre a sustentabilidade da Segurança Social recomendam uma revisão à fórmula que assegure em todas as circunstâncias aumentos pelo menos em linha com a inflação, para evitar perda de poder de compra. Em contrapartida, sugerem, precisamente, que o aumento passe a ser calculado por pensionista e não por pensão. ■

> **O suplemento extraordinário é pago por pensionista. São tidas em linha de conta todas as pensões que recebe.**
>
> **MTSSS**
> Fonte oficial

Suplemento para reformados financiado por impostos

O suplemento que será pago aos pensionistas é financiado pelo OE, tal como acontece habitualmente com as medidas extraordinárias.

Os 422 milhões de euros destinados ao suplemento extraordinário das pensões a pagar em outubro vão sair integralmente do Orçamento do Estado (OE), confirmou ao Negócios fonte oficial do Ministério das Finanças. É o que geralmente acontece no caso de medidas extraordinárias de apoio aos rendimentos sem base contributiva.

Este bónus extraordinário com valores entre os 200 e os 100 euros brutos foi anunciado pelo primeiro-ministro na festa da "rentrée" política do PSD, no Algarve. De acordo com as explicações dadas pelo Ministério da Segurança Social (ver texto ao lado) o valor do suplemento será dado em função da soma das pensões. Assim, para quem receber pensões até 509,26 euros (correspondente a 1 IAS – indexante de apoios sociais), o bónus será de 200 euros. Para quem receba pensões entre 509,26 e 1.018,52 euros será de 150 euros; e para quem tem pensões que, somadas, variem entre 1.018,52 e 1.527,78 euros será de 100 euros. Porquê estes valores e não outros? Fonte oficial do Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSSS) justifica-os "com critérios de equidade e justiça social".

O Governo prevê que esta medida chegue a 2,4 milhões de pessoas que "corresponde a 94% do universo dos pensionistas" que, de acordo com a mesma fonte, "chegará por transferência bancária ou por vale postal", sem necessidade de intervenção do beneficiário.

A atribuição deste bónus estará relacionada com o bom desempenho da receita fiscal que será confirmada na execução orçamental de julho com divulgação prevista para o dia 30 deste mês.

> **422**
>
> **IMPACTO**
> O suplemento extraordinário terá um impacto bruto de 422 milhões de euros este ano. Será financiado pelo OE.

Mais para 2025?

Tratando-se de uma medida excecional justificada pelo andamento das contas públicas ela só é garantida pelo Governo para este ano, não integrando o valor da pensão que serve de base à atualização de janeiro. Contudo, o primeiro-ministro admitiu que "a vontade era que estes valores pudessem corresponder a um aumento das pensões de forma permanente para os próximos anos", mas que tudo vai depender da situação económica e orçamental.

"A situação financeira que nós estimamos para este ano permite-nos tomar esta medida este ano", apontou Montenegro, sinalizando o bom desempenho das finanças públicas. E prometeu que, caso no próximo ano "tivermos uma situação financeira igual ou melhor, tomaremos de acordo com essa disponibilidade."

Demarcando-se da estratégia seguida por António Costa, o primeiro-ministro diz que em janeiro cumprirá a fórmula de atualização de pensões. ■

PRP/CAP

FINANÇAS PÚBLICAS

Medidas que vão além do OE deste ano já pesam 0,4% do PIB no saldo

Apesar de ter previsto em abril um excedente de apenas 0,3% do PIB, Miranda Sarmento encontrou em quatro meses margem para medidas já em valor superior – mais de mil milhões de euros. Tudo sem mudar até aqui a meta orçamental.

MARIA CAETANO
mariacaetano@negocios.pt
PAULO RIBEIRO PINTO
paulopinto@negocios.pt

Apesar do alerta inicial sobre uma temida degradação das contas públicas pouco após a tomada de posse, o Governo encontra afinal margem para novas medidas não incluídas no Orçamento do Estado para 2024 num valor que, com o mais recente anúncio de suplemento extraordinário para pensionistas, supera os mil milhões de euros. O impacto ronda já os 0,4% do PIB, acima da previsão de excedente para este ano, que até aqui se mantém.

O bónus que será pago àqueles que recebem pensões de valor até 1.527,78 euros é a última das iniciativas com as quais o Executivo de Luís Montenegro indica que terá encontrado uma folga financeira substancialmente acima daquela que fazia prever o Programa de Estabilidade apresentado em abril. Na altura, sem medidas novas , o ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, apontava para um excedente de 0,3% do PIB.

Passados quatro meses, a meta mantém-se: 0,2% a 0,3% do PIB, para este e também para o próximo ano, segundo indicou no início deste mês em entrevista o responsável das Finanças. Mas o nível de despesa com medidas extraordinárias ou não previstas tem vindo a crescer substancialmente.

Desde logo, com os 422 milhões de euros de impacto orçamental estimado para o suplemento a pensionistas anunciado na Festa do Pontal, no Algarve. Pesarão 0,15% do PIB no saldo das administrações públicas deste ano. Nas pensões, há ainda a subida do valor de referência do complemento solidário para idosos (CSI), que fixa um mínimo de rendimentos para os pensionistas e que desde junho passou já a equivaler a 600 euros mensais (os pensionistas elegíveis, e que tenham a iniciativa de requerer a prestação, recebem a diferença entre os seus rendimentos e este valor, tendo as regras de acesso à prestação deixado de abranger rendimentos dos filhos). Não há dados de impacto previsto para este ano, mas cálculos recentes do Banco de Portugal apontam para um custo adicional de 220 milhões de euros em 2025. Ainda neste ano, o custo de uma outra medida, a comparticipação integral de medicamentos para quem recebe CSI, será de 10,4 milhões de euros.

Além dos 422 milhões de euros do bónus para pensionistas, também a redução adicional de taxas de IRS aprovada no Parlamento, após a decisão do Governo de rever taxas de retenção, terá impacto já neste ano. Com as alterações, o Ministério das Finanças deverá encaixar menos 465 milhões de euros (0,17% do PIB).

A estas medidas, somam-se algumas outras com impacto contabilizado, como a isenção de IMT e imposto do selo na compra de primeira casa para quem tem até 35 anos (100 milhões de euros de custo anual) e outras medidas do pacote dirigido aos jovens (impacto global de 37 milhões de euros em 2024), além da recuperação de tempo de serviço de professores (41 milhões neste ano).

Custos ainda incertos

Há ainda a subida do suplemento de serviço e risco para profissionais da GNR e PSP (250,6 milhões de impacto até 2026), a revalorização do estatuto remuneratório nas Forças Armadas (120 milhões de impacto anual), e o aumento do suplemento de recuperação processual dos funcionários judiciais (oito milhões de impacto anual) entre as medidas aprovadas que terão impacto ainda na segunda metade deste ano.

Sem contabilizar o custo incerto neste ano destas últimas medidas, assim como o da revisão do CSI, as restantes políticas custarão 1.075 milhões de euros, aproximando-se de um peso de 0,4% do PIB. Nalguns casos – bónus para pensionistas e subida de remunerações – o Estado acabará por arrecadar mais IRS, com o impacto líquido das medidas a ser assim menor do que o valor bruto estimado. Há ainda, porém, outras medidas adotadas neste ano sem custo estimado. É, por exemplo, o caso do pacote do plano de emergência da saúde, para cujos riscos orçamentais o Conselho das Finanças Públicas já veio alertar.

Face à previsão de excedente de até 0,3% do PIB feita pelo ministro das Finanças, a margem para medidas com manutenção de equilíbrio orçamental encontrada pelo atual Governo surge assim em linha com os 0,7% do PIB de excedente para este ano que era previsto pelo anterior responsável das Finanças, Fernando Medina,

Os cálculos de Miranda Sarmento terão, no entanto, por base a expectativa de um crescimento do PIB de 2% ou um pouco acima neste ano, cenário que se tornou mais difícil face à evolução da economia no segundo trimestre. O INE deu a conhecer um crescimento em cadeia de apenas 0,1%, o que exigirá variações em torno dos 0,8% no terceiro e também no quarto trimestre para que a meta do ministro das Finanças possa ser alcançada.

António Cotrim/Lusa



Miranda Sarmento visa um excedente de até 0,3% do PIB neste ano.

Bónus sem impacto permanente

Contrariamente ao que sucedeu com as atualizações extraordinárias em até 10 euros às pensões mais baixas ocorridas entre 2017 e 2022, o novo suplemento para pensionistas que deverá ser pago em outubro não terá efeitos permanentes na despesa ou no valor das pensões abrangidas para o futuro. Ou seja, o benefício para os pensionistas será apenas temporário, à semelhança também do que sucedeu com a chamada "meia pensão" atribuída pelo Governo anterior em outubro de 2022. O montante máximo do suplemento agora anunciado, de 200 euros, corresponderá a pouco mais de um ano daquela que seria a atribuição de uma atualização extraordinária ao nível daquela que foi sendo paga às pensões mais baixas antes do choque da inflação. De acordo com a análise do Conselho das Finanças Públicas à evolução das contas da Segurança Social, o impacto das sucessivas atualizações extraordinárias de até dez euros dos últimos anos atingia já 896 milhões de euros nas contas de 2022.

EMPRESAS

AGRICULTURA

Restauração sustenta subida de 24% nas vendas de vinho

No primeiro semestre, as vendas de vinho no mercado nacional ultrapassaram os 623 milhões de euros, um aumento de 23,8% face ao mesmo período de 2023, suportado pelo crescimento de 47,6% registado nos restaurantes, Na distribuição o valor das vendas manteve-se inalterado.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt



A restauração está a ganhar quota de mercado à distribuição na venda de vinho.

As vendas de vinho no mercado nacional aumentaram 23,8% em valor e 6,3% em volume no primeiro semestre deste ano, face ao mesmo período de 2023, somando um total de 623,5 milhões de euros e 137,3 milhões de litros.

Valores que, de acordo com dados da Nielsen divulgados pelo Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), foram suportados pelo setor da restauração, onde a procura, impulsionada designadamente pelo crescimento do turismo, levou a que as vendas aumentassem até junho 47,6% em valor e 32,3% em volume, face aos primeiros seis meses do ano passado. Pelo contrário, na distribuição as vendas de vinho mantiveram-se no mesmo valor de há um ano e em volume registaram mesmo uma quebra de 3,6%.

Nos restaurantes, as vendas ultrapassaram, assim, os 370,5 milhões de euros – um valor que representa quase 60% do apurado em todo o ano passado –, enquanto nos supermercados ficaram-se pelos 253 milhões. De acordo com o IVV, na primeira metade de 2023 os dois canais de distribuição no mercado nacional tinham uma quota de mercado equivalente, mas nos primeiros seis meses deste ano o peso da restauração aumentou para 59,4%, enquanto a distribuição se ficou pelos 40,6%.

Já no volume de vendas, a distribuição continua a representar a maior fatia do mercado (65,8%), apesar de ter perdido 6,7 pontos percentuais para a restauração.

3,6%

DISTRIBUIÇÃO
As vendas de vinho nos supermercados em Portugal recuaram, até junho, 3,6% em volume. Em valor subiram apenas 0,2%.

Até junho, os supermercados venderam mais de 90 milhões de litros, um recuo de 3,6%, enquanto os restaurantes aproximaram-se dos 47 milhões, o que equivale a mais 11,5 milhões de litros do que no mesmo período de 2023. Desta forma, também em volume a restauração reforçou a sua quota de mercado nas vendas de vinho de 27,5% para 34,2% no espaço de um ano.

Todas as regiões crescem em vendas nos restaurantes

Na restauração todas as regiões vinícolas registaram um aumento das vendas no mercado nacional até junho, sendo que o valor mais do que duplicou nos vinhos do Algarve (mais 125%) e das Terras da Beira (mais 110,8%). Em termos de quota de mercado, o Alentejo continua a liderar – com 36,1% – no primeiro semestre, período em que o valor das suas vendas, em valor, aumentou 58,2% para mais de 84 milhões de euros.

Por seu lado, o Douro, que representa 24,6% deste mercado, registou uma subida do valor das vendas para os restaurantes de 59%, ultrapassando os 57 milhões de euros, enquanto a região do Minho, com um peso de 16,8% nas vendas deste canal de distribuição, cresceu até junho 76,3% para os 39 milhões.

Já na distribuição, metade das regiões de produção de vinho não escapou à queda do valor das vendas, a qual foi mais acentuada nas Terras de Cister (com um recuo de 22,3%) e Terras da Beira (de 10,8%). Em sentido inverso, os vinhos de Trás-os-Montes cresceram 19,4% e os da Beira Atlântico 27,2%.

Preço médio sobe 16,5%

Os dados divulgados pelo IVV revelam ainda uma subida do preço

Bruno Colaço



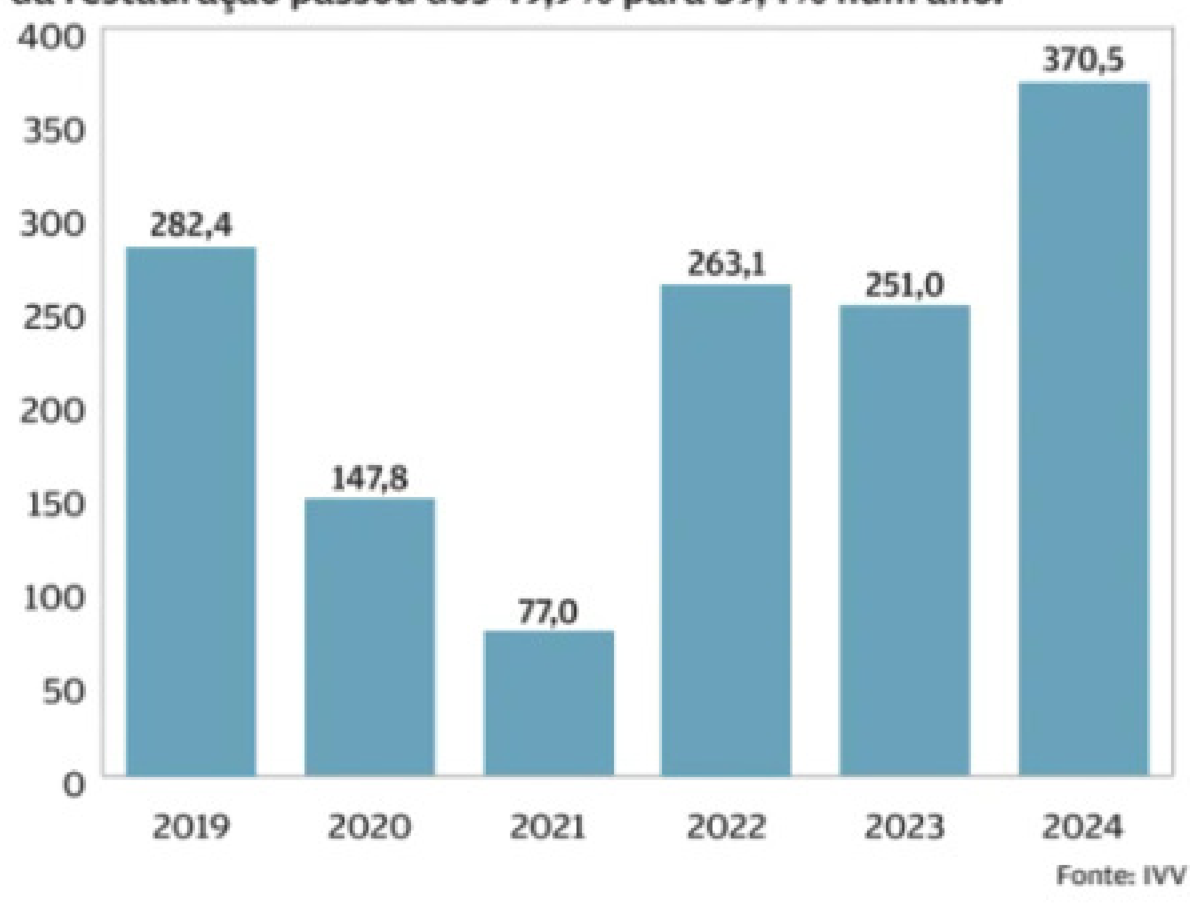
médio por litro de vinho vendido em Portugal de 16,5% em termos globais, de 3,90 para 4,54 euros, igualmente suportado pelo aumento de 11,5% registado nos restaurantes, para os 7,89 euros. Também a distribuição registou um acréscimo de 4%, para um preço médio de 2,8 euros por litro.

No primeiro semestre, as exportações de vinho aumentaram 8,6% em volume e 1,3% em valor, face ao mesmo período de 2023, para mais de 1,7 milhões de hectolitros e 452 milhões de euros. Neste caso o preço médio recuou 6,7% para 2,64 euros. ■

VENDA DE VINHO NOS RESTAURANTES SOBE

Evolução desde 2019 (valores em milhões de euros)

As vendas de vinho nos restaurantes em Portugal cresceram quase 50% no primeiro semestre deste ano, face ao mesmo período de 2023, ultrapassando os 370 milhões de euros. A quota de mercado da restauração passou dos 49,9% para 59,4% num ano.

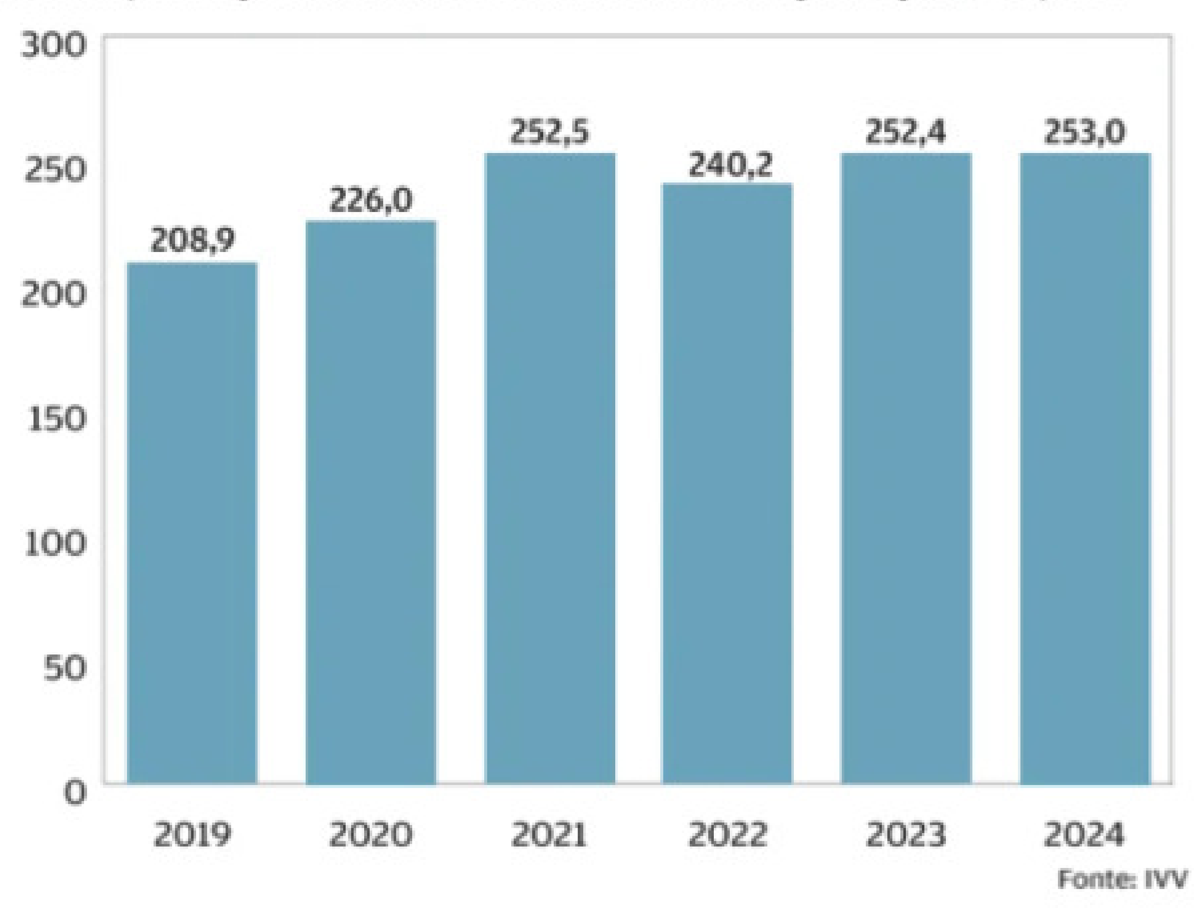


Fonte: IVV

DISTRIBUIÇÃO PERDE PESO

Evolução desde 2019 (valores em milhões de euros)

Na distribuição, as vendas de vinho mantiveram-se na primeira metade deste ano em torno dos valores apurados em junho de 2023, ou seja, cerca de 253 milhões. Tendo em conta o reforço nos restaurantes, os supermercados reduziram a sua quota para 40,6%.

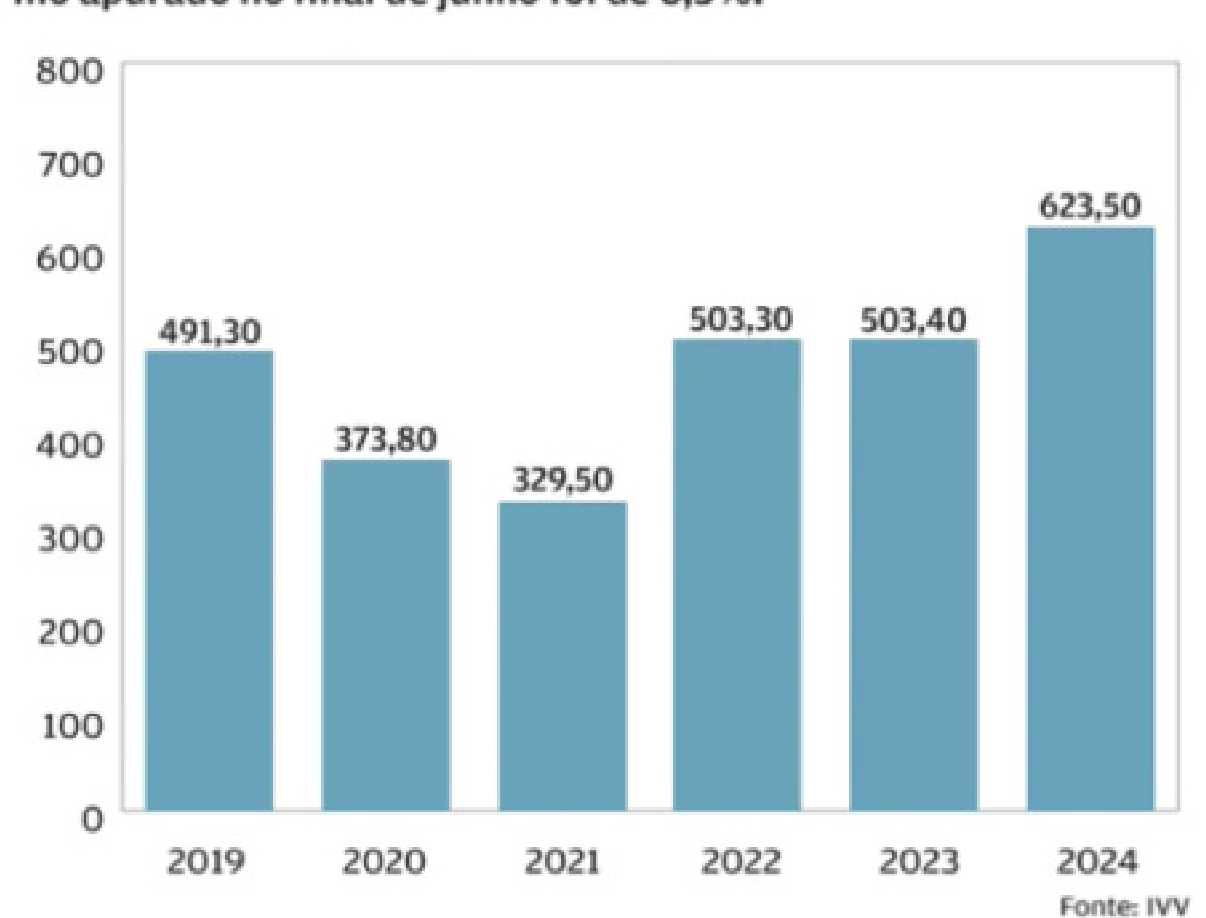


Fonte: IVV

VALOR DAS VENDAS SOBE 23,8% ESTE ANO

Evolução desde 2019 (valores em milhões de euros)

As vendas de vinho no mercado nacional dos dois canais de distribuição – restaurantes e supermercados – agregados aumentou em valor 23,8% na primeira metade do ano. Já em volume, o acréscimo apurado no final de junho foi de 6,3%.



Fonte: IVV

AVIAÇÃO

Estado vai receber mais de 10 milhões de receita dos aeroportos

O valor ultrapassa o orçamentado para 2024. Só no primeiro trimestre a ANA - Aeroportos pagou 5,1 milhões de euros.

Com o número de passageiros nos aeroportos nacionais a somar recordes, o Estado vai receber este ano cerca de 10,3 milhões de euros da ANA a título de partilha de receitas, a que a empresa está obrigada pelo contrato de concessão. Um valor que ultrapassa o orçamentado para 2024.

No primeiro trimestre, de acordo com o boletim das PPP da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (UTAP), o valor dos pagamentos realizados pela ANA ao parceiro público ascendeu a 5,1 milhões de euros, o que é 4% acima do previsto. Já face ao período homólogo do ano passado, o montante da receita partilhada representa um acréscimo de cerca de 5 milhões de euros, mas que se deve ao facto de "em 2023 o pagamento da primeira prestação da partilha de receita ter sido dividida em duas tranches, tendo a tranche de maior valor sido paga no segundo trimestre", explica a entidade.

Contratualmente, a ANA tem de partilhar receita com o Estado em duas prestações iguais anuais – a 31 de março e a 30 de setembro – desde o 11.º ano da concessão. Essa partilha é de 1% da receita bruta entre o 11.º e o 15.º ano, aumentando para 2% até ao 20.º ano, para 3% até o 25.º e para 4% até ao 30.º. A percentagem subirá ainda para 5% entre o 31.º e o 40.º ano, passando então para os 10% até ao quinquagésimo ano da concessão.

Além do setor aeroportuário, também os terminais portuários e o Oceanário são concessões que geram receita para o Estado, e não encargos líquidos como as restantes PPP.

De acordo com a UTAP, no primeiro trimestre deste ano as Administrações Portuárias receberam 8 milhões de euros de receita com os terminais operados por concessionários em regime de PPP, um valor que supera em 11% o apurado no mesmo período de 2023, ainda que seja, por seu turno, 2% abaixo do orçamentado. Para os 8 milhões de proveitos para os parceiros públicos, o terminal de contentores de Leixões contribuiu com a maior fatia, 5,4 milhões de euros, seguindo-se o terminal de contentores de Alcântara, com quase 1,2 milhões.

Já o valor dos pagamentos realizados pelo Oceanário foi de cerca de 400 mil euros no primeiro trimestre, o que representa um desvio negativo de 7% face ao valor orçamentado, mas a um aumento de 4% em comparação com o período homólogo, o que "decorre da atualização da componente fixa de remuneração de acordo com o estabelecido contratualmente", explica a UTAP. ■ MJB

8

PORTOS

As administrações dos portos receberam, até março, 8 milhões de euros dos concessionários dos terminais.

INDÚSTRIA

Calçado português vai dar "show" na Polónia e faz mira ao Médio Oriente

Depois da Hungria e da Coreia do Sul, lança mais uma ofensiva em busca de novas oportunidades de negócio em mercados pouco tradicionais, tendo marcado para outubro um "Portuguese Shoes Showcase" na cidade polaca de Cracóvia. Seguir-se-ão os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita.

RUI NEVES
ruineves@negocios.pt

Com os mercados externos a valerem mais de 90% das suas vendas, a indústria portuguesa do calçado continua a calcorrear o mundo para dar a volta à situação menos boa em que atualmente opera, depois de as exportações em 2023 terem recuado 8,2% para 1.839 milhões de euros face ao ano anterior. Nesse sentido, decidiu avançar com ofensivas promocionais por novas oportunidades de negócio em mercados pouco tradicionais.

Neste novo ciclo de expansão internacional, a associação nacional do setor (APICCAPS) começou por promover um "Portuguese Shoes Showcase" em Budapeste, capital da Hungria, há cerca de nove meses, tendo no mês passado feito o mesmo em Seul, capital da Coreia do Sul.

"E agora vamos fazer, a 9 e 10 de outubro, um 'Portuguese Shoes Showcase' na Polónia, mercado que também consideramos que constitui uma oportunidade para as nossas empresas", revelou ao Negócios o porta-voz da APICCAPS. "Esta iniciativa promocional consiste na apresentação de uma gama alargada de produtos portugueses num dos locais de referência da cidade de Cracóvia", explicou Paulo Gonçalves.

Serão "mais de uma dezena de empresas portuguesas" que estarão presentes na Expo Kraków, "num espaço que rondará os 300 metros quadrados", detalhou o mesmo responsável associativo, realçando que, como acontece neste tipo de eventos, a ofensiva promocional na Polónia conta com a colaboração da AICEP.

Em causa está um mercado que é neste momento "residual" para as empresas nacionais – ocupa o 19.º lugar do "ranking" de maiores clientes, tendo gerado apenas 3,8 milhões de euros nos primeiros seis meses deste ano, sobretudo por via das multinacionais do setor em Portugal. "É uma primeira abordagem à Polónia – vamos lá semear, testar o mercado", sinalizou Paulo Gonçalves.

"Para a APICCAPS, a procura de novos mercados é uma prioridade num período conjunturalmente muito complexo, que exige das nossas empresas uma atitude comercial mais agressiva", sublinhou. Assim, "no nosso cardápio, depois da Hungria, Coreia e Polónia – sendo que não podemos atacar tudo ao mesmo tempo –, queremos agora atacar o Médio Oriente", atirou o porta-voz da APICCAPS.

Este "será o próximo passo, provavelmente já no próximo ano", daquela que se apresenta como "a indústria mais sexy da Europa", identificando como mercados-alvo "os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita", que são mercados "absolutamente residuais" neste momento para o setor português. Recorde-se que um estudo encomendado pela APICCAPS defende que o setor terá de "rever o seu posicionamento", através da exploração de segmentos de maior valor acrescentado, como o luxo. ■



Vamos promover em outubro um 'Portuguese Shoes Showcase' em Cracóvia, na Polónia, que é um mercado relativamente novo [para o setor português do calçado]. É uma primeira abordagem, vamos lá semear...

Para a APICCAPS, a procura de novos mercados é uma prioridade num período conjunturalmente muito complexo, que exige das nossas empresas uma atitude comercial mais agressiva.

PAULO GONÇALVES
Porta-voz da APICCAPS

9
OUTUBRO
O "Portuguese Shoes Showcase" na Polónia está marcado para 9 e 10 de outubro, na Expo Kraków.

10
EMPRESAS
A ação promocional do setor na Polónia deverá contar com mais de 10 empresas portuguesas.

3,8
VENDAS À POLÓNIA
Portugal faturou só 3,8 milhões de euros em calçado para a Polónia nos primeiros seis meses deste ano.

8,2%
MENOS EXORTAÇÕES
As exportações de calçado caíram 8,2% para 1.839 milhões de euros em 2023 face ao ano anterior.

João Cortesão



A Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios, liderada por João Pratas, indica que há subscrições mensais positivas desde fevereiro de 2024.

INVESTIMENTO

Já entraram 554 milhões de euros nos fundos este ano

Entre captação de poupanças das famílias e valorização dos investimentos, o montante dos ativos sob gestão dos fundos de investimento em Portugal está no nível mais elevado desde dezembro de 2021. A nível europeu, as subscrições líquidas também são positivas em 2024.

LEONOR MATEUS FERREIRA
leonorferreira@negocios.pt

O ano está a correr bem aos fundos de investimento, que terminaram 2023 a ver as poupanças das famílias sair. Nos primeiros sete meses de 2024, o saldo entre entradas e saídas superou os 554 milhões de euros. O balanço é, contudo, anterior ao "sell-off" do início de agosto, que poderá ter assustado alguns investidores.

O mais recente relatório mensal da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP) indica que, em julho, o volume de subscrições nos fundos de investimento comercializados em Portugal atingiu os 520,1 milhões de euros, enquanto os resgates totalizaram 285,2 milhões de euros.

O saldo líquido é assim de 234,9 milhões de euros. Este é não só o sexto mês consecutivo em que entra dinheiro nestes instrumentos de investimento coletivo (só em janeiro é que os resgates superaram as subscrições) como representa uma aceleração no apetite dos pequenos investidores por fundos: é o saldo mensal positivo mais elevado desde dezembro de 2022.

Olhando para a totalidade do ano, "o saldo acumulado de subscrições menos resgates é, igualmente, positivo, totalizando 554,0 milhões de euros", de acordo com a associação liderada por João Pratas. Em comparação com mesmo período do ano passado, os fundos de investimento também fecharam os primeiros sete meses de 2023 com saldo positivo, mas de 293,9 milhões de euros, ou seja, quase metade do valor atual.

Entre a captação de poupanças e as valorizações dos investimentos – antes das quedas das últimas semanas –, os fundos geriam, no final de julho, 19.773,1 milhões de euros em ativos (mais 1,8% do que no mês anterior e 6,2% face a julho de 2023). Desde dezembro de 2021 que o valor não era tão elevado.

A sociedade gestora com maior volume de ativos sob gestão é a Caixa Gestão de Ativos, com 6.834,5 milhões de euros, o que se traduz numa quota de mercado de 34,6%. Seguem-se a IM Gestão de Ativos, com 4.465,3 milhões de euros e uma quota de 22,6%, e a Santander Asset Management com 3.316,4 milhões de euros, ou 16,8% do mercado.

Fundos de investimento europeus no verde em 2024

A retoma do setor tem vindo a acontecer nos últimos meses. Entre janeiro de 2023 e julho de 2024, só houve cinco meses em que os ativos sob gestão dos fundos portugueses diminuíram (três deles no verão do ano passado), ajudando assim a limpar parte das perdas vivida em 2022: um ano marcado pela guerra na Ucrânia, pela escalada dos preços e pela queda das bolsas em que foi difícil

6

SUBIDAS
O saldo de subscrições foi de 234,9 milhões em julho, o sexto mês seguido no verde.

19,7

ATIVOS
Os fundos geriam, no final de julho, 19.773,1 milhões de euros em ativos.

6,8

CAIXA
Com 6,8 mil milhões, a Caixa Gestão de Ativos tem quota de mercado de 34,6%.

aos gestores encontrarem rendibilidades.

Agora parece estar a consolidar-se o momento de viragem, com os fundos a crescerem em captação de poupanças e em ativos sob gestão. Pelo menos até julho, já que o otimismo com o afastar de uma crise económica global cedeu com os receios de que os Estados Unidos estejam em recessão, arrastando consigo o resto do mundo.

A evolução dos fundos em Portugal está a acompanhar a tendência a nível europeu. Apesar de os dados agregados mais recentes na Europa serem referentes a maio de 2024, o saldo é também positivo.

Os organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) europeus geriam, no final de maio, 13,96 biliões de euros em ativos, o que representa um aumento mensal de 1,5%. A este montante acrescem mais 7,77 biliões de euros em organismos de investimento alternativo, que cresceram 0,8% nesse mês. O saldo acumulado de subscrições líquidas de ambos, entre janeiro e maio, ascendia a 185,5 mil milhões de euros.

ATIVOS EM MÁXIMOS DE DOIS ANOS E MEIO
Volume de ativos sob gestão, por mês, em milhões de euros

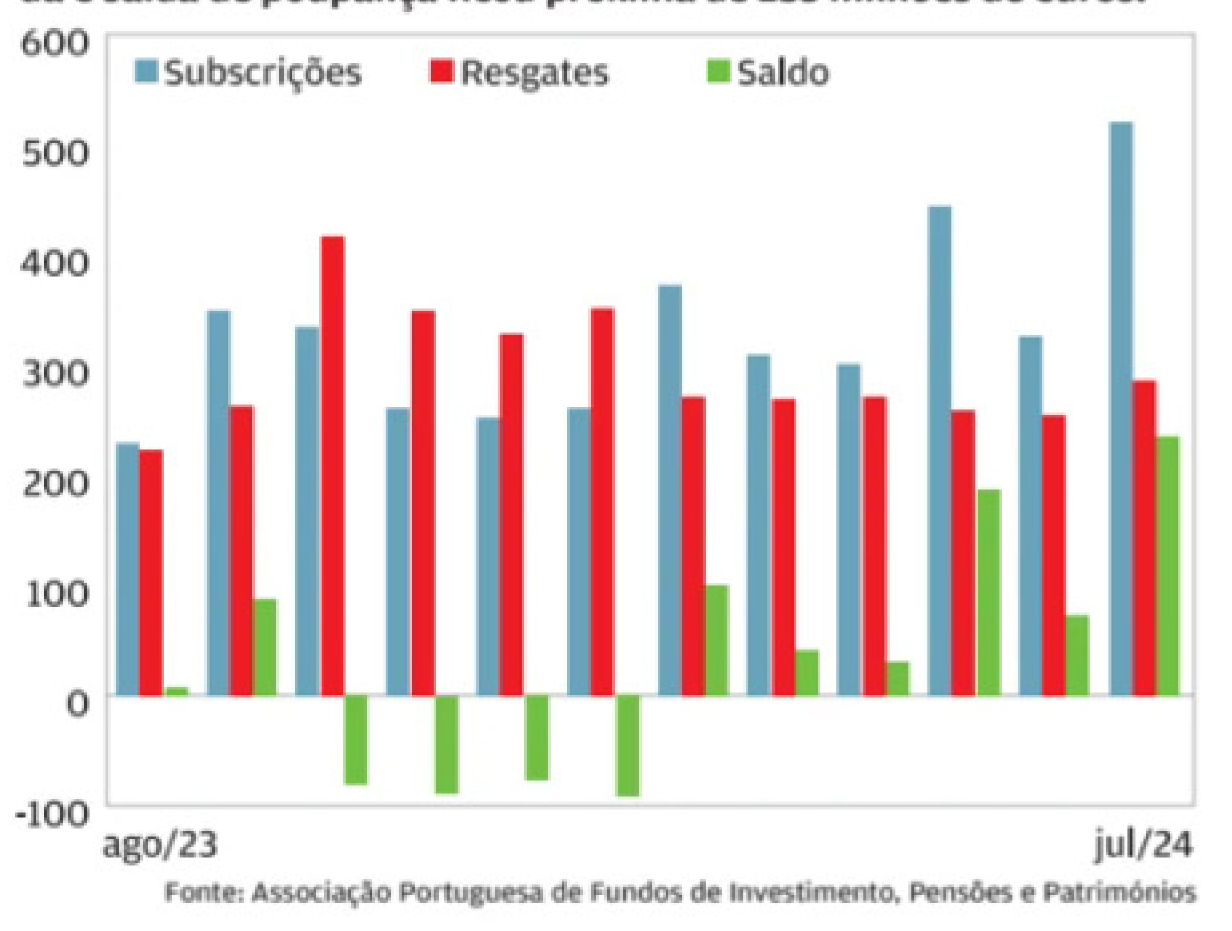
Após 2022 ter sido um ano negro para os mercados e, consequentemente, para os fundos, os últimos meses têm sido de retoma. Os ativos sob gestão dos fundos de investimento em Portugal atingiram, em julho, o nível mais alto desde dezembro de 2021.



Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios

SALDO É POSITIVO HÁ SEIS MESES
Evolução mensal das subscrições, resgates e saldo líquido, em milhões de euros

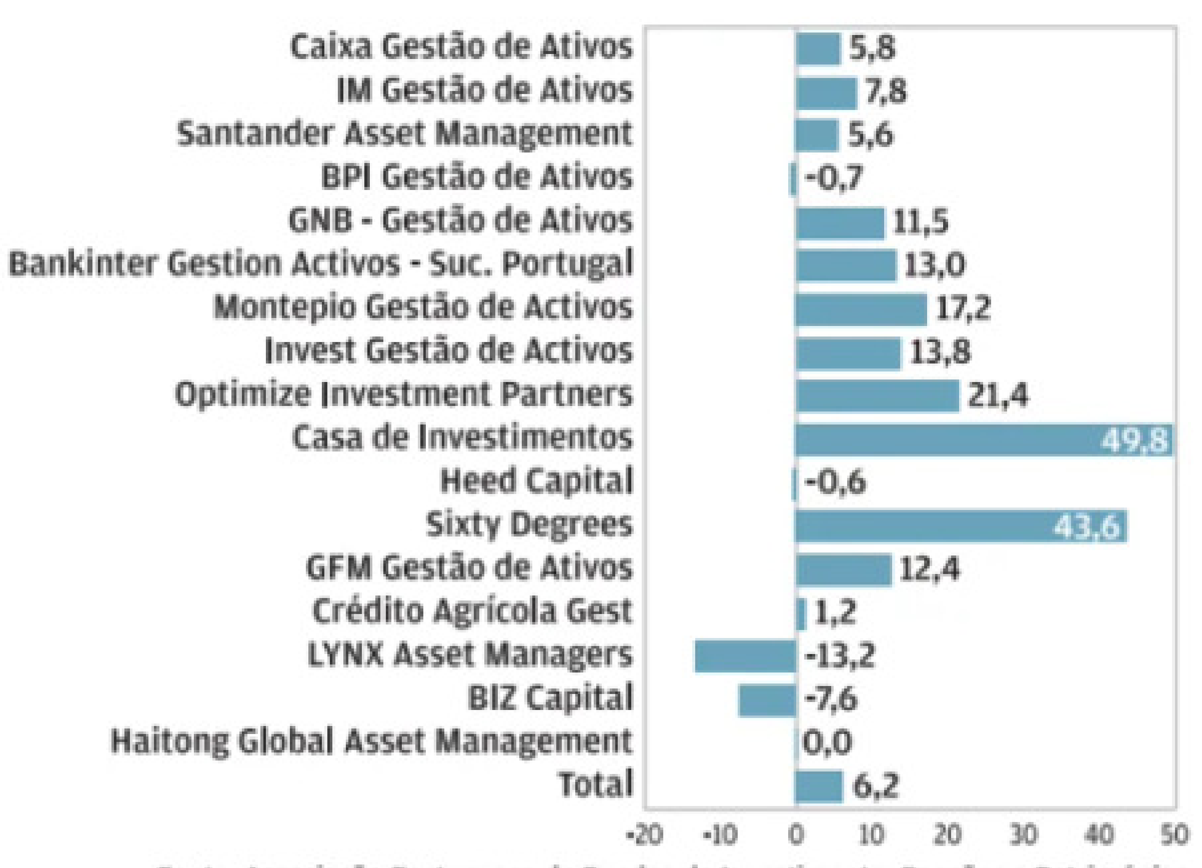
Há seis meses consecutivos que as subscrições ultrapassam os resgates nos fundos de investimento em Portugal. O saldo mais elevado registado este ano foi em julho, quando a diferença entre entrada e saída de poupança ficou próxima de 235 milhões de euros.



Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios

CASA DE INVESTIMENTOS CRESCE MAIS
Evolução percentual dos ativos sob gestão, por sociedade gestora

A Caixa Gestão de Ativos é a sociedade com maior volume de ativos sob gestão em Portugal, estando a crescer 5,8% desde o início do ano. A gestora que mais aumentou, em termos percentuais, os ativos em 2024 é, contudo, a Casa de Investimentos: 49,8%.



Fonte: Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios

Gestoras respondem ao apetite por dívida com novos fundos

As obrigações europeias já têm maior peso no mercado de fundos nacionais do que as ações globais. A rendibilidade é, no entanto, contida.

Os fundos de obrigações europeias comercializados em Portugal junto de aforradores estão a espelhar o forte apetite dos grandes investidores internacionais por dívida da região. Desde o início do ano é a categoria que mais cresce, com as sociedades gestoras nacionais a criarem novos produtos para responder à atratividade.

A categoria de fundos de investimento com maior volume de ativos sob gestão mantém-se a dos planos poupança reforma (PPR), com 4.230,4 milhões de euros, seguindo-se as obrigações euro, com 2.852,6 milhões de euros e as ações globais, com 2.633,1 milhões de euros, segundo o mais recente relatório mensal da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP).

Foi a segunda, referente à dívida europeia, a que mais cresceu em termos absolutos entre janeiro e julho: foram 472,2 milhões de euros (ou 19,8%). É, aliás, esta evolução que faz com os fundos de obrigações euro tenham passado para a segunda posição em Portugal, com 14,4% de quota, contra 13,3% das ações globais. No final do ano passado, a dívida representava 12,8% e as ações 14,1%.

Em termos de saldo entre subscrições e resgates, o cenário repete-se. Só em julho, entraram, em termos líquidos, 166 milhões de euros nesta categoria. Desde o início do ano foram 444,7 milhões de euros. Em ambos os casos, lideraram a tabela.

As sociedades gestoras têm acompanhado a atratividade da dívida pública portuguesa com o lançamento de novos organismos de investimento coletivo. Em julho, a Caixa Gestão de Ativos iniciou a comercialização do Caixa Obrigações Janeiro 2026 e a IM Gestão de Ativos criou o IMGA Obrigações Globais Taxa Indexada EUR 2026 Serie I.

A sociedade gestora do grupo financeiro público já tinha também lançado em maio o Caixa Obrigações Outubro 2025. Nesse mês também a GNB Gestão de Ativos deu início a um fundo de obrigações com prazo até 2027. A IM Gestão de Ativos lançou um fundo de dívida de empresas portuguesas em abril, o IMGA Portuguese Corporate Debt.

Apesar de focado no mercado chinês e não europeu, em junho foi igualmente lançado um fundo de dívida: o Haitong China Bond Fund. Por seu turno, o Bison China Flexible Bond mudou de sociedade gestora, passando da Lynx Asset Managers para a IM Gestão de Ativos.

Contudo, estes não têm sido os produtos mais rentáveis. Nos 12 meses terminados a 31 de julho, os fundos de obrigações euro registavam uma rendibilidade média de 4,07%, atrás dos 4,69% das ações globais (quando olhando apenas para ações da América do Norte supera mesmo os 15%) e também dos 6,61% dos fundos PPR. LMF

Caixa, IMGA ou GNB estão entre as sociedades que lançaram novos fundos de obrigações europeias nos últimos meses.

DECO PROTeste SABER É PODER DECO PROTeste Investe
Colaboração com a DECO. Os conteúdos foram cedidos pela DECO PROTESTE. www.deco.proteste.pt www.deco.proteste.pt/investe

Vender as tecnológicas?



O setor tecnológico triplicou de valor em cinco anos. E algumas ações continuam a bater máximos consecutivos. Está na hora de encaixar as mais valias ou, pelo contrário, deverá reforçar a aposta?

O setor de tecnologia nunca foi tão preponderante à escala global, com um peso de 32% no índice MSCI World e onde as maiores empresas globais cotadas são a Microsoft, Apple e Nvidia. Até na Europa, a ASML se tornou na segunda maior cotada. Porém, o setor da tecnologia é influenciado por dinâmicas diferentes. Nos últimos cinco anos, os grandes vencedores foram o setor de semicondutores com um retorno em euros de 41%. E no global, o setor de tecnologia foi impulsionado por um número limitado de ações. Se não considerarmos as "big 3" (Microsoft, Apple e Nvidia) no índice setorial (568 ações), a valorização dos últimos cinco anos teria sido de 16% ao ano, em média, em vez de 22%. Cada uma destas empresas vale agora mais de 3 biliões de dólares, ou seja, mais do que toda a bolsa alemã!

E agora?

Depois de valorizações, por vezes estratosféricas, como a da Nvidia, cuja cotação foi multiplicada por 30 no espaço de cinco anos, é legítimo perguntar se não é chegado o momento de vender e encaixar as mais valias? Para já, continuamos confiantes no setor, em geral, por três motivos:

1. Dinâmica positiva (momentum)

O facto das ações tecnológicas estarem em máximos não é um presságio para uma inversão da tendência. Na verdade, é exatamente o contrário. A atual dinâmica positiva (momentum) favorece uma continuação da valorização, pelo menos, a curto prazo. Após a queda acentuada de 2022, que ocorreu num contexto de aumento das taxas de juro, o setor tecnológico beneficiou de uma forte recuperação com o surgimento da inteligência artificial generativa. O momento mais mediático foi a apresentação, em novembro de 2022, do ChatGPT, desenvolvido pela OpenAI em parceria com a Microsoft. Os benefícios que a inteligência artificial pode trazer à economia global estão a impulsionar o setor, com destaque para a Nvidia. Esta empresa, especialista na conceção de semicondutores, tem assumido a liderança incontestável com os seus processadores que são usados para executar modelos de IA generativos. E a tendência atual é de descida das taxas de juro, o que é positivo, tendo em conta que as ações do setor são de crescimento (growth stocks).

2. Valorização justificada

A relação cotação/lucro esperado para os próximos 12 meses é atualmente de 26 para o setor de tecnologia, bem acima da média global de 17 e da sua média histórica. Mas, é fenómeno justificado pelas elevadas perspetivas de crescimento dos lucros e que têm sido reforçadas pelo potencial da IA.

3. Líderes de qualidade

Os gigantes do setor, a maioria dos quais são norte americanos, assentam em fundamentos de qualidade. Em comum, têm uma presença global e um ecossistema poderoso que fideliza os clientes e atua como uma barreira à entrada a potenciais concorrentes. A chegada da IA generativa, que exige investimentos pesados, reforça ainda mais este fenómeno. Além disso, a sua posição financeira é sólida, tornando relativamente baixo o risco desses gigantes.

Conselho

Fundos e ETF

Se investe em fundos/ETF de ações globais e/ou de ações norte americanas já tem uma considerável exposição ao setor tecnológico. Por isso, não se justifica apostar igualmente em fundos setoriais de ações tecnológicas.

Além disso, estes tendem a não ser muito diversificados, com as ações Microsoft, Apple e Nvidia a pesarem cerca de 50% nos índices e, por isso, com um peso identicamente elevado nos ETF. Contudo, e como o setor é muito heterogéneo, pode reforçar a exposição ao subsetor dos semicondutores. Mesmo sem o impulso da IA, estes serão sempre a infraestrutura de toda a digitalização da economia. Recomendamos o ETF VanEck Semiconductor que limita o peso de cada ação a 10%, o que evita uma excessiva exposição aos gigantes globais Nvidia e TSMC.

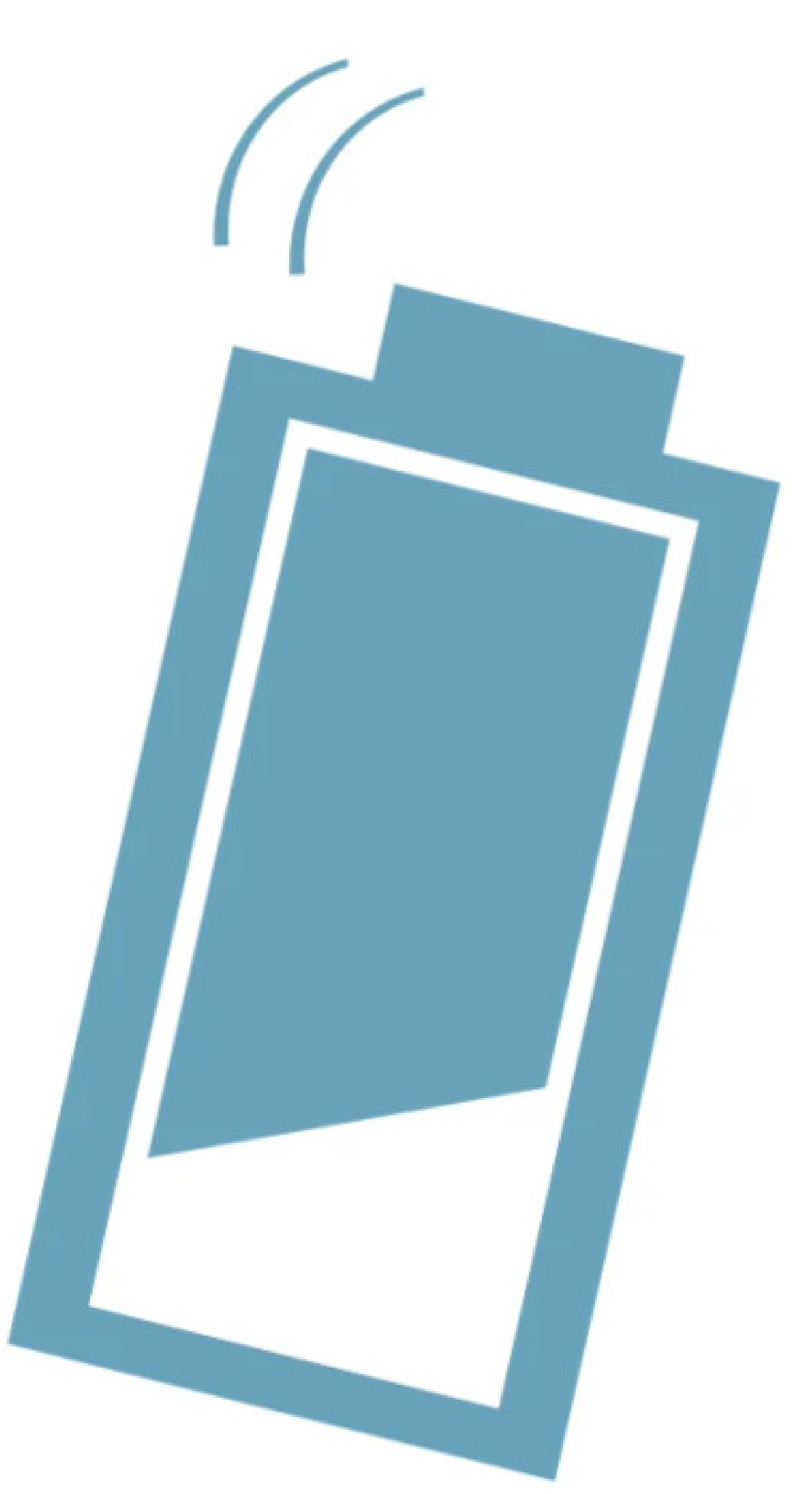
Não lhe dedique mais de 5% da sua carteira.

ETF VanEck Semiconductor
Código ISIN: IE00BMC38736
Cotação: 43,59 EUR em Xetra Frankfurt; Rentabilidade média 3 anos: 28,1%; Variação 12 meses: 61,2%.

Ações individuais

Deve evitar o investimento em "pequenas" ações de tecnologia com a esperança de encontrar uma nova Nvidia. Estas empresas, com risco elevado, muitas vezes ainda geram prejuízos recorrentes. Ao invés, deverá privilegiar ações de qualidade com risco relativamente baixo e razoavelmente valorizadas. Atualmente, aconselhamos a compra de 7 ações de tecnologia com estes pressupostos:

Accenture, Amazon.com, ASML, Autodesk, Check Point Software, Melexis e Microsoft
Contudo, se já as tem em carteira e, se após a forte alta das cotações, passaram a ter um peso exagerado no total, deverá reduzir a exposição: vender parcialmente e fazer um reequilíbrio setorial. ■



OPINIÃO

A COR DO DINHEIRO



CAMILO LOURENÇO
Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Kamala a imitar os disparates de Nixon

Quando os bancos centrais das duas principais zonas económicas do planeta perderam o pulso à inflação, o mundo viu-se confrontado com um fenómeno que não acontecia desde os anos 80. Uma das consequências da subidas de preços foi o disparo dos resultados de empresas de determinados setores: banca, grande distribuição, petrolíferas... A outra foram os sucessivos apelos ao controlo de preços.

Não é preciso ser economista para perceber que o controlo de preços, em última instância, perpetua a subida de preços: num primeiro momento os bens começam a escassear nas prateleiras; num segundo, quando os políticos percebem que não funciona e liberalizam de novo o mercado, os preços disparam para fazer "match" entre procura e oferta.

O controlo de preços é um complexo socialista de que padece meia Europa. Não foi por isso surpresa ver que a maior parte dos pedidos para controlo de preços, nos últimos dois anos, aconteceram nos países europeus. Mas já foi uma surpresa ver Kamala Harris, candidata às presidenciais americanas, anunciar um programa económico que contempla fixação de preços e multas para quem violar esta política, com a PGR lá do sítio metida ao barulho.

Kamala tem obrigação de saber que a última vez que os EUA se meteram numa embaralha destas, com Richard Nixon (Presidente republicano), as coisas correram muito mal. E das duas, uma: ou é totalmente ignorante em matéria de economia e bom senso, ou está a fazer populismo (tal como o seu opositor fez, ao anunciar limites à independência da Fed).

O que se está a passar nos EUA é traumatizante: dois candidatos maus (muito maus!) que deslustram a maturidade da principal democracia do mundo pelo mau exemplo que dão. Preocupante! ■

A LEI DO MERCADO



JOSÉ SÁ REIS
Professor na Fac. de Direito da Universidade do Porto
jose.sa.reis@gmail.com

"Ceci n'est pas un cartel"



É certo que a notícia já tem três semanas, e que foi comentada, glosada e dissecada em quase todos os meios de comunicação que se ocupam da atualidade económica. Mas mesmo com o atraso que se deve à periodicidade quinzenal deste espaço entremeada por uma interrupção para férias, não é possível deixar de dedicar uma crónica à decisão do TJUE que serviu de resposta às questões formuladas pelo TCRS no cartel da banca.

Aliás, mais do que a resposta dada pelo TJUE, que acabou por não surpreender ao confirmar no essencial (embora, obviamente, circunscrevendo-se àquilo que lhe foi perguntado) a abordagem feita pela Autoridade da Concorrência, e que teve como resultado a aplicação de uma coima de cerca de 225 milhões de euros repartida por 14 bancos a operar em Portugal, interessa-me comentar a reação da banca a esta notícia. A leitura combinada das declarações dos principais responsáveis por alguns dos bancos mais afetados pela decisão são um verdadeiro "case study" de criação de uma realidade paralela, que pouca ou nenhuma correspondência tem quer na decisão do TJUE, quer nas suas possíveis consequências, quer nos factos que foram dados como provados.

Começo por notar que uma boa parte dessas declarações foi feita em simultâneo com a apresentação dos resultados do primeiro semestre, que foram globalmente muito positivos e que na CGD se traduziram mesmo num lucro-recorde de 889 milhões. No entanto, após divulgação do Acórdão foram publicadas várias notícias dizendo que os bancos não tinham efetuado provisões para fazer face ao efetivo pagamento desta coima, se e quando ela vier a ser cobrada. Atendendo a todo o contexto e à importância do setor, isso parece-me grave. Como grave me parece que o banco que está à cabeça na lista das coimas mais pesadas seja precisamente a CGD, cujo único acionista é... o Estado português. E explico porquê.

Aquilo de que os bancos vêm acusados é de trocar informação confidencial e estratégica, que pode revelar e permitir antecipar, por parte de cada operador envolvido, a conduta futura dos seus concorrentes no mercado relevante. E o TJUE disse, preto no branco, que tendo em conta a natureza de pelo menos grande parte da informação partilhada, essa troca apenas poderia ter como objetivo distorcer a concorrência: por isso respondeu afirmativamente à questão do TCRS: "sim, isso pode constituir uma infração por objeto". Ou seja, uma infração tão grave que deve ser punida independentemente da prova dos seus efeitos concretos. Isto torna ainda mais insólitas declarações como as de que "o juiz europeu disse que não há cartel" (Paulo Macedo), "não houve nenhuma acusação de cartel" (Miguel Maya) ou de que "a palavra cartel faz lembrar filmes americanos, e não é para a banca" (João Oliveira e Costa). Como se ao TJUE competisse proferir uma decisão condenatória, e não apenas responder a uma concreta pergunta; e como se o termo "cartel" não tivesse um significado jurídico preciso no ordenamento da concorrência.

Mas voltando à CGD: ainda que a prova e quantificação dos danos causados aos clientes finais possa revelar-se um procedimento complexo, creio que ficará sempre na opinião pública a ideia de que esse dano existiu – se não porquê trocar informações, correndo estes riscos? Se isso já não é bonito para empresa nenhuma, pior se torna quando é o Estado quem beneficia desse comportamento. É que se de facto a CGD teve lucros acrescidos em resultado desta prática, esses lucros reverteram a favor do Estado e traduziram-se quase como que num imposto extraordinário que os seus clientes pagaram. Não podemos, de maneira nenhuma, ter um Estado que multa os privados quando eles se portam mal, mas faz igual ou pior quando a oportunidade aparece.

Resta aguardar pela sentença do TCRS, agendada para 30 de setembro, para sabermos se a coima se mantém, e com que números. E depois pelas cenas dos próximos capítulos que inevitavelmente se seguirão: afinal, os bancos sabem bem que a prescrição desta coima é uma possibilidade real. ■

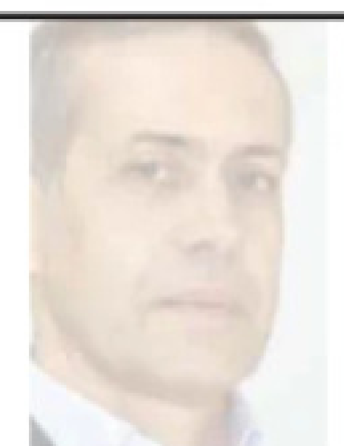
A leitura combinada das declarações dos principais responsáveis por alguns dos bancos mais afetados pela decisão são um verdadeiro "case study".

Como se o termo "cartel" não tivesse um significado jurídico preciso no ordenamento da concorrência.

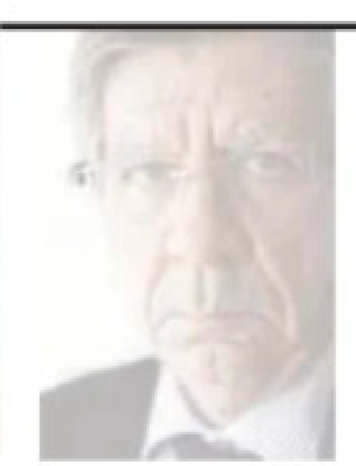
OPINIÃO

A MÃO VISÍVEL
Observações sobre o impacto das políticas para toda a sociedade e dos efeitos a médio e longo prazo por oposição às de efeitos imediatos e dirigidas apenas a certos grupos da sociedade.

maovisivel@gmail.com


ÁLVARO NASCIMENTO


CARLOS ALBUQUERQUE


JOAQUIM AGUIAR


JORGE MARRÃO


PAULO CARMONA


PEDRO BRINCA



Notas soltas de férias (continuação)

JORGE MARRÃO

O surpreendente discurso das migalhas das pensões do Pontal de Luís Montenegro, bem sabemos que ainda significam muito para muitos, e obriga-nos a pensar: continuamos dependentes das redes de redistribuição dos impostos para fixar eleitorados, mas revela também falta de imaginação da política para motivar novas ambições.

A culpa de tudo isto não é de Luís Montenegro, nem do PS, nem do Chega, nem da extrema-esquerda, é do que realmente se transformou a política. Temos de saber, a cada momento, em que festa estamos a participar: a da redistribuição, que julgávamos monopólio do PS, agora tem a participação da orquestra do PSD. As alternativas políticas úteis não devem ser cópias de uma mesma partitura em que mudam os músicos e maestro.

O susto de Pedro Nuno Santos é compreensível: vê roubado o protagonismo que o seu partido usou e abusou para chegar e manter o poder. Se isto é desenvolver um país, parece que estamos condenados a uma mediocridade alternativa eterna.

Arrumamos com qualquer conversa séria sobre o que vale hoje a nação no mundo desenvolvido. Estamos na cauda. Ninguém se revolta ou vocifera contra o estado das coisas. Os instalados, os que têm acesso ao poder, as elites que já vivem bem, os que têm bons empregos, e os encostados ao supra-Estado, manifestam paroquialmente que o país se explica a si mesmo e o seu fado titubeante com os seus vetustos 900 anos de história e com a cultura do seu povo. O mundo que demos ao mundo parece que não nos quer dar um mundo novo.

Os eventos globais, o turismo que se encanta com Portugal, as obras mestras de engenharia e arquitetura, os aeroportos e os TGV prometidos, as autoestradas, a tecnologia massificada, e o seu uso extensivo, os sucessos de desportistas e a diáspora de pessoas bem preparadas e de políticos nas instituições mundiais, o desenvolvimento das catedrais de consumo, os concertos de estrelas mundiais, a sofisticação bancária e empresarial nalguns setores, ofuscam a dura realidade do que é hoje o país e o que poderia ser, se quiséssemos ser o futuro exemplar na Europa.

Apesar da sua disposição para a abertura ao exterior o país fechou-se. Estamos repetitivos descrentes com o SNS, a Segurança Social, o Estado, as Obras Públicas, a Educação e a Justiça. Não há vida política para além disto? Em próximas notas soltas de férias, algumas comparações curiosas de Portugal com a Escandinávia, no PIB e na felicidade. ■

"Este Governo não fala nem para as corporações, nem para os partidos políticos, fala para o país e para as pessoas"

LUÍS MONTENEGRO
EXPRESSO

Reformar é preciso, morrer não é preciso

PAULO CARMONA

O discurso do Pontal trouxe alguma consternação a um eleitorado AD que anseia pelas reformas que não foram feitas em 8 anos de estagnação socialista. Colagem ao PS, distribuição socialista de migalhas, compra de eleitorado, preventivo de eleições, ou o fantasma de Rio a regressar ao PSD, foram algumas das frases escutadas. Para a direita mais musculada, a querer pulso firme e maiores mudanças face a uma esquerda clientelar, e para a direita mais liberalizante, com ideias de produtividade e libertação do coletivismo e do excesso de Estado, o discurso podia ter sido de António Costa. No taticismo político de esvaziar o PS, o PSD indiferenciou-se e desiludiu.

A questão coloca-se. Imaginem que Montenegro é mesmo um ousado reformista, e libertador da sociedade face ao Estado. O que fariam no seu lugar? Com o pressuposto de sermos um país de dependentes do Estado, atavicamente avesso a mudanças, onde o envelhecimento populacional não ajuda, e de ter apenas 35% dos deputados. E na certeza de que qualquer reforma fere sempre um grupo de interesses, vocal no protesto e no lóbi. Teríamos duas hipóteses.

1. Avançar com as reformas necessárias, fortes, europeias e necessárias. O que Passos Coelho fez, com a sua coragem, estoicismo e frontalidade. "Que se lixem as eleições", foi uma frase escapada "Temos de fazer". Governou para Portugal sem se preocupar com ciclos eleitorais. Resultado, em 2015 perdeu o poder para Costa que anulou e reverteu a maioria das suas reformas, a troco do apoio dos parceiros de geringonça, à exceção do brutal aumento de impostos. Para lá de umas privatizações, pouco ficou. Deixou a galinha entrar no galinheiro, aumentar a despesa do Estado e os seus funcionários.

2. Fazer as reformas possíveis, preparar-se sempre como se as eleições fossem amanhã, conhecer e satisfazer o eleitorado, como Cavaco em 1990, com a preocupação de se manter no Governo e alargar o seu período reformista. Só com lá estando, e se possível com maioria, consegue fazer e, sobretudo, manter.

Tal com o Costa aprendeu a evitar os erros de Sócrates nas contas públicas, Montenegro quer o calculismo e tática que faltou em PPC. Para não morrer e continuar as reformas dentro do seu campo de possibilidades. E manter PNS longe de as poder estragar. ■

"As três medidas anunciadas por Luís Montenegro na Festa do Pontal deixaram no ar um cheiro a eleições. A escolha das propostas encosta o PS à parede e fala ao centro em vésperas de Orçamento"

PÚBLICO,
15 DE AGOSTO 2024



LUCREZIA REICHLIN
Antiga diretora de análise do Banco Central Europeu, é professora de Economia na London Business School.

Será que os bancos centrais podem continuar a ser verdes?

Durante os anos com baixa inflação e taxas de juro de zero ou negativas, houve muitos bancos centrais que se juntaram na luta contra as alterações climáticas e implementaram várias ferramentas, como empréstimos especiais, compra de ativos e exigências de garantias orientadas para os investimentos "verdes". Mas o regresso da inflação fez com que os responsáveis pela política monetária se tornassem mais cautelosos.

Provavelmente estão ansiosos para demonstrar que a estabilidade de preços é o seu principal objetivo, denotando que quando a inflação permanece persistentemente acima da meta, as políticas verdes têm menor importância. Mas o compromisso firme relativamente à estabilidade de preços não implica que os bancos centrais desistam completamente das políticas monetárias orientadas para o verde. Atendendo a que atualmente os bancos centrais dispõem de mais do que um instrumento, aumentar as taxas de juro para combater a inflação pode, em princípio, andar a par com políticas verdes direcionadas. A questão é saber como pôr isso em prática no momento em que os balanços dos bancos centrais parecem estar a encolher.

Além disso, o regresso da inflação não altera os fundamentos originais das políticas monetárias verdes. Os bancos centrais ainda têm duas boas razões para continuarem empenhados. Em primeiro lugar, precisam de ter em conta as alterações climáticas para gerir o seu próprio risco de portefólio. Dado que os reguladores e os supervisores pedem ao setor financeiro para que atue nesse sentido, é muito natural que os bancos centrais também o façam.

As autoridades públicas definiram novas diretrizes para o setor privado porque reconhecem que os riscos climáticos são financeiramente importantes e que limitar a exposição aos ativos de combustíveis fósseis é totalmente consistente com os critérios de gestão de risco tradicionais, sobretudo no que respeita aos portefólios mais significativos. E apesar da recente redução das reservas dos bancos centrais, os seus ativos ainda totalizam cerca de 40 biliões de dólares em todo o mundo.

A segunda razão prende-se com o facto de, na maior parte dos países, os bancos centrais estarem mandatados para promover os objetivos gerais dos respetivos governos no que respeita a garantir o bem-estar dos cidadãos, desde que isso não interfira com a estabilidade de preços. A promoção da transição verde deveria, portanto, figurar proeminentemente em qualquer enquadramento que avalie rigorosamente as potenciais contrapartidas entre a estabilidade de preços e as decisões em termos de política económica.

Neste processo, o conceito de "dupla materialidade", que é fulcral, determina que devemos fazer tudo o que pudermos para criar impacto, ao invés de nos focarmos apenas na mitigação dos nossos riscos financeiros. Embora os bancos centrais não sejam responsáveis pela política industrial, detêm os instrumentos necessários para alocar capital no âmbito das suas operações usuais, e estes já são usados em muitos países.

Quando a Network for Greening the Financial System (NGFS) – organização criada para promover a gestão dos riscos ambientais e apoiar a transição para uma economia sustentável no setor financeiro – reviu as atuais políticas relativamente a oito estudos de caso na Ásia e na Europa, verificou que a maioria das medidas verdes eram sobretudo motivadas pelo propósito de mitigar as alterações climáticas, muito mais do que pela gestão do risco. Por exemplo, em 2021, o banco central húngaro emprestou 300 mil milhões de florins húngaros (755,1 milhões de euros) a instituições de crédito com juros de 0% com a condição de que este financiamento fosse atribuído a famílias para a construção ou compra de novos imóveis residenciais com eficiência energética.

De igual modo, em 2021, o Banco do Japão implementou um programa que concedia empréstimos com juros de 0% a instituições financeiras para financiarem investimentos ou empréstimos que contribuíssem para as metas ambientais do Japão. O Banco Popular da China também lançou dois mecanismos de crédito direcionados, com vista a estimular as instituições financeiras no sentido de retomarem os projetos de redução de emissões; e houve outros bancos centrais importantes, incluindo o Banco de Inglaterra e o Banco Central Europeu, que lançaram programas especiais de compra de títulos corporativos que beneficiam aqueles que registam os melhores desempenhos em termos ambientais.

As conclusões da NGFS apontam para uma acumulação de experiência significativa no que respeita a políticas verdes seguidas pelos bancos centrais. Embora existam diferenças relevantes entre cada uma destas instituições, elas representam, em termos coletivos, uma enorme quantidade de recursos financeiros.

Mas não deverão os bancos centrais reduzir os seus balanços financeiros, e não irá isso prejudicar os seus financiamentos verdes? Não necessariamente, porque com as taxas de juro sobre as suas reservas, os bancos centrais podem, em princípio, aumentar as taxas para controlar a inflação e simultaneamente continuar a manter um balanço avultado. A Reserva Federal dos Estados Unidos já optou por manter um sistema de reservas amplas e, atendendo a que as suas obrigações se manterão elevadas mesmo quando a meta da inflação for atingida, estas terão de ser compensadas por um considerável volume de ativos.

Neste contexto, os bancos centrais que adotaram uma abordagem de dupla materialidade podem almejar portefólios de ativos que sejam consistentes com as políticas industriais e ambientais dos respetivos governos. Sempre que tiverem de escolher entre balanços maiores ou menores, os bancos centrais devem ter em consideração as vantagens de longo prazo que a promoção do financiamento verde representa.

Na realidade, haverá quem conteste as políticas que encorajam os bancos centrais a deixar uma grande pegada nos mercados, ou que determinam que representantes não eleitos se encarreguem de algo que se assemelha perigosamente com políticas industriais. Todos conhecemos o argumento: "Os bancos centrais estão a fazer demasiado e a arriscar a sua independência".

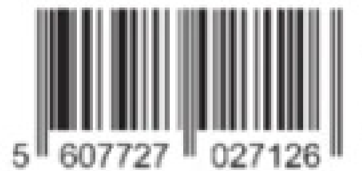
Mas as alterações climáticas são o problema existencial de toda a humanidade. No momento em que o setor privado está a retirar recursos dos fundos ambientais e as finanças públicas estão em contração um pouco por todo o lado, a ideia de que os bancos centrais podem desempenhar um papel mais importante não deve ser descartada. O diabo, claro, está nos detalhes. A transparência e a gestão cautelosa das contrapartidas serão cruciais. ■

O compromisso firme relativamente à estabilidade de preços não implica que os bancos centrais desistam de políticas monetárias orientadas para o verde.

Transparência e gestão cautelosa das contrapartidas serão cruciais.

negocios

Conselho de Administração **Presidente: Domingos Matos; Vogais: Luís Santana, Ana Dias, Octávio Ribeiro, Isabel Rodrigues, Mário Silva, Miguel Paixão, Paulo Fernandes e Filipa Alarcão.** • Principal acionista **Expressão Livre II, SGPS, S.A. (100%).** • Diretora: **Diana Ramos** Diretor adjunto: **Celso Filipe** • Sede: Redação, Administração e Publicidade **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** • Redação: tel. **210 494 000** e-mail **info@negocios.pt** Publicidade: tel. **210 494 076** e-mail **publicidade@medialivre.pt** • Assinaturas: tel. **210 494 999 (das 9h às 18h)** ou através do e-mail **assine@medialivre.pt** • Delegação Porto **Rua Eng.º Ferreira Dias, 181, 4100-247 Porto** tel. **225 322 342** • e-mail **negocios-porto@negocios.pt** • Internet **www.negocios.pt** • Propriedade/Editora: **Medialivre, S.A.** • Sede **Rua Luciana Stegagno Picchio n.º 3 - 1549-023 Lisboa** Capital Social **22 523 420,40€** • Contribuinte **502 801 034** • C.R.C de Lisboa **502 801 034** • Impressão **EGF-Empresa Gráfica Funchalense - R. da Capela Nossa Sra. da Conceição 50, 2715-311 Pêro Pinheiro.** ISSN: **0874-1360** • Estatuto editorial disponível no site em **www.negocios.pt**







...medialivre

Nº ERC: **121571** • Depósito Legal: **120966/98**
Tiragem média de julho de 2024: **4.173 exemplares**

SA LUÍS AFONSO







BREVES

RÚSSIA

EUA NO ATAQUE AO NORD STREAM

O ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Serguei Lavrov, afirmou ontem estar convencido que os Estados Unidos da América ordenaram a sabotagem dos gasodutos russos Nord Stream, em setembro de 2022, no mar Báltico. ■

UCRÂNIA

CORTES DE LUZ POR UMA SEMANA

Os cortes de energia voltaram a afetar as casas ucranianas e deverão durar pelo menos uma semana, devido a enormes danos causados por ataques de mísseis e drones russos, informou ontem a Ukrenergo, operadora da rede elétrica do país. ■

TECNOLOGIA

AMD TENTA TRAVAR NVIDIA

A Advanced Micro Devices (AMD) acordou a compra da fabricante de servidores norte-americana ZT Systems por 4,9 mil milhões de dólares com o objetivo de expandir o portefólio de "chips" e "hardware" de IA e competir com a Nvidia. ■

INDÚSTRIA

Representante de Ronaldo no "board" da Vista Alegre

Pedro Elias



A Bordallo Pinheiro é uma das marcas do Grupo Vista Alegre.

O "board" da Vista Alegre vai ser alargado dos atuais 14 para 15 elementos, por forma a integrar Tiago Craveiro, consultor estratégico da CR7, empresa através da qual Cristiano Ronaldo adquiriu uma participação de 10% na Vista Alegre.

A proposta da Visabeira, acionista maioritário da Vista Alegre, foi divulgada esta segunda-feira no site da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e será o ponto único de uma assembleia geral extraordinária convocada para 12 de setembro.

Num outro comunicado é indicado que o nome que irá representar a empresa do futebolista internacional português é Tiago Craveiro, consultor estratégico da CR7, S.A.

Tiago Craveiro, licenciado em Ciências da Comunicação, iniciou a sua carreira profissional como jornalista no Diário de Notícias em 1998. Em 2002 assumiu o cargo de chefe de comunicação do então ministro adjunto do primeiro-ministro, José Luís Arnaut.

No mundo do futebol foi secretário-geral da Liga Portuguesa de Futebol Profissional e diretor-executivo da Federação Portuguesa de Futebol. Atualmente é consultor estratégico do presidente da UEFA e do Gabinete Executivo da UEFA, bem como consultor estratégico da empresa de Cristiano Ronaldo.

Cristiano Ronaldo investiu na Vista Alegre em junho deste ano, tendo adquirido 10% do capital da empresa e uma participação de 30% na subsidiária espanhola, tendo ainda acordado a criação conjunta em partes iguais de uma nova empresa na Ásia e Médio Oriente para promover as marcas Vista Alegre e Bordallo Pinheiro naquelas geografias. ■ PC

ELEVADOR

Diana Ramos
dianaramos@negocios.pt





EMMANUEL MACRON
Presidente de França

O Presidente francês teve um período de trégua política durante os Jogos Olímpicos de Paris e, de então para cá, parece tentar protelar algo que é inevitável: a nomeação de um novo Governo. Esta semana, Macron vai voltar a reunir-se com os líderes partidários para tentar desbloquear o impasse político, mas são muitos os críticos que apontam estes encontros como uma forma de continuar a adiar uma solução. ■





DONALD TRUMP
Ex-Presidente dos EUA

O antigo Presidente dos Estados Unidos não olha a meios para alcançar os objetivos. A mais recente polémica em torno do candidato norte-americano passa pela partilha que fez, este domingo, na rede social Truth Social de uma série de imagens geradas por inteligência artificial. Tais imagens transmitiam a ideia falsa de que a cantora Taylor Swift apoiaria a a sua candidatura à Casa Branca. Mais um episódio lamentável de Trump. ■